

## Índice

### Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

### DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	5
Demonstração do Resultado	7
Demonstração do Resultado Abrangente	8
Demonstração do Fluxo de Caixa	9

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017	11
DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016	12
DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015	13
Demonstração do Valor Adicionado	14

### DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	16
Balanço Patrimonial Passivo	18
Demonstração do Resultado	20
Demonstração do Resultado Abrangente	21
Demonstração do Fluxo de Caixa	22

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017	24
DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016	25
DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015	26
Demonstração do Valor Adicionado	27

Relatório da Administração	29
----------------------------	----

Notas Explicativas	33
--------------------	----

### Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	102
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	105
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	106

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Mil)</b>	<b>Último Exercício Social 31/12/2017</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	696.715
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>696.715</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro**

<b>Evento</b>	<b>Aprovação</b>	<b>Provento</b>	<b>Início Pagamento</b>	<b>Espécie de Ação</b>	<b>Classe de Ação</b>	<b>Provento por Ação (Reais / Ação)</b>
Reunião do Conselho de Administração	15/02/2017	Dividendo	15/02/2017	Ordinária		0,04706
Reunião do Conselho de Administração	15/02/2017	Juros sobre Capital Próprio	15/02/2017	Ordinária		0,02906
Reunião do Conselho de Administração	28/03/2017	Dividendo	30/03/2017	Ordinária		0,04863
Reunião do Conselho de Administração	28/03/2017	Dividendo	30/03/2017	Ordinária		0,10125
Reunião do Conselho de Administração	27/07/2017	Dividendo	28/07/2017	Ordinária		0,06312
Reunião do Conselho de Administração	29/08/2017	Dividendo	29/08/2017	Ordinária		0,09888
Reunião do Conselho de Administração	29/09/2017	Dividendo	29/09/2017	Ordinária		0,06096
Reunião do Conselho de Administração	30/10/2017	Dividendo	30/10/2017	Ordinária		0,02152

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2017</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2016</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 31/12/2015</b>
1	Ativo Total	4.282.305	2.708.714	1.948.579
1.01	Ativo Circulante	1.619.668	227.773	268.309
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.127.850	45.969	183.381
1.01.01.01	Caixa e Bancos	0	0	183.381
1.01.03	Contas a Receber	812	762	0
1.01.03.01	Clientes	812	762	0
1.01.06	Tributos a Recuperar	25.337	24.580	21.921
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	25.337	24.580	21.921
1.01.07	Despesas Antecipadas	26	29	88
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	465.643	156.433	62.919
1.01.08.03	Outros	465.643	156.433	62.919
1.01.08.03.01	Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	23.303	10.325	4.863
1.01.08.03.02	Partes relacionadas - clientes	436.423	145.515	55.235
1.01.08.03.03	Outros créditos	5.917	593	2.821
1.02	Ativo Não Circulante	2.662.637	2.480.941	1.680.270
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.120.581	1.019.242	372.725
1.02.01.06	Tributos Diferidos	7.940	5.565	1.447
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	7.940	0	0
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	1.112.321	1.013.392	371.139
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	0	0	108.066
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores	1.112.321	1.013.392	263.073
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	320	285	139
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	320	285	139
1.02.02	Investimentos	1.498.418	1.413.677	1.256.923
1.02.02.01	Participações Societárias	1.498.418	1.413.677	1.256.923
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	1.498.418	1.413.677	1.256.923
1.02.03	Imobilizado	19.565	26.200	28.748
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	19.565	26.200	28.748
1.02.04	Intangível	24.073	21.822	21.874

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2017</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2016</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 31/12/2015</b>
1.02.04.01	Intangíveis	24.073	21.822	21.874

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2017</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2016</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 31/12/2015</b>
2	Passivo Total	4.282.305	2.708.714	1.948.579
2.01	Passivo Circulante	808.371	180.342	242.082
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	26.753	19.132	20.014
2.01.01.01	Obrigações Sociais	26.753	19.132	20.014
2.01.02	Fornecedores	6.239	11.212	5.002
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	6.239	11.212	5.002
2.01.03	Obrigações Fiscais	535	1.983	2.281
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	535	1.983	2.281
2.01.03.01.02	Impostos, Taxas e Contribuições a recolher	535	1.983	2.281
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	763.320	110.102	213.271
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0	121.417
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	0	0	121.417
2.01.04.02	Debêntures	763.320	110.102	91.854
2.01.05	Outras Obrigações	11.524	37.913	1.514
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	1.536	2.384	608
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas	0	0	417
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	0	0	174
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	1.536	2.384	17
2.01.05.02	Outros	9.988	35.529	906
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	8.641	34.238	26
2.01.05.02.04	Outras Contas a Pagar	1.347	1.291	880
2.02	Passivo Não Circulante	2.455.629	1.649.586	866.462
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.447.205	1.642.472	859.728
2.02.01.02	Debêntures	2.447.205	1.642.472	859.728
2.02.02	Outras Obrigações	7.353	6.469	6.622
2.02.02.02	Outros	7.353	6.469	6.622
2.02.02.02.03	Outras contas a pagar	7.353	6.469	6.622
2.02.04	Provisões	1.071	645	112
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.071	645	112

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2017</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2016</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 31/12/2015</b>
2.03	Patrimônio Líquido	1.018.305	878.786	840.035
2.03.01	Capital Social Realizado	696.715	696.715	696.715
2.03.02	Reservas de Capital	5.475	5.085	4.317
2.03.02.04	Opções Outorgadas	5.475	5.085	4.317
2.03.04	Reservas de Lucros	316.115	176.986	139.003
2.03.04.01	Reserva Legal	139.343	139.343	117.723
2.03.04.10	Reservas de dividendos	176.772	37.643	21.280

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	172.465	163.820	200.448
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-87.759	-91.764	-107.721
3.03	Resultado Bruto	84.706	72.056	92.727
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	602.704	514.025	379.326
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-75.512	-43.842	-29.391
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-4.494	-4.519	-3.440
3.04.05.01	Outras Receitas/Despesas Líquidas	-5	-30	1.832
3.04.05.02	Amortização de Ágio de Investimento	-4.489	-4.489	-5.272
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	682.710	562.386	412.157
3.04.06.01	Equivalência Patrimonial	625.965	508.362	369.454
3.04.06.02	Juros sobre o capital próprio recebidos	56.745	54.024	42.703
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	687.410	586.081	472.053
3.06	Resultado Financeiro	-66.223	-82.014	-91.018
3.06.01	Receitas Financeiras	150.652	107.091	58.086
3.06.02	Despesas Financeiras	-216.875	-189.105	-149.104
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	621.187	504.067	381.035
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	1.487	4.118	-38
3.08.01	Corrente	-889	0	-632
3.08.02	Diferido	2.376	4.118	594
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	622.674	508.185	380.997
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	622.674	508.185	380.997
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,89373	0,72940	0,54685



**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	622.674	508.185	380.997
4.03	Resultado Abrangente do Período	622.674	508.185	380.997

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	69.321	37.024	67.226
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	85.213	81.650	97.206
6.01.01.01	Lucro Líquido	622.674	508.185	380.997
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	11.696	11.988	11.649
6.01.01.03	Amortização de ágio em investimentos	4.489	4.489	5.272
6.01.01.04	Encargos financeiros e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	192.087	178.835	143.634
6.01.01.05	Resultado de equivalência patrimonial	-682.710	-562.386	-412.157
6.01.01.06	Baixa de bens do ativo imobilizado e intangível	3	66	35
6.01.01.07	Tributos diferidos	-2.375	-4.118	-594
6.01.01.08	Juros sobre contratos de mútuos ativos	-62.872	-52.194	-33.083
6.01.01.09	Plano de opção com base em ações	191	400	722
6.01.01.10	Provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	926	434	112
6.01.01.11	Atualização monetária de provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	196	99	0
6.01.01.12	Atualização monetária dos depósitos judiciais	-15	-30	-13
6.01.01.14	Provisão para imposto de renda e contribuição social	889	-4.118	632
6.01.01.15	Levantamento dos depósitos judiciais	34	0	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-15.892	-44.626	-29.980
6.01.02.01	Tributos a recuperar	-757	-2.659	-7.440
6.01.02.02	Outros créditos e outras contas a receber	-5.324	2.228	-2.248
6.01.02.03	Fornecedores	-4.973	6.210	-1.568
6.01.02.04	Despesas antecipadas	3	59	-54
6.01.02.05	Obrigações sociais e trabalhistas	7.621	-882	2.420
6.01.02.06	Impostos, taxas e contribuições a recolher	-1.448	-298	1.220
6.01.02.07	Outras contas a pagar	940	257	5.811
6.01.02.08	Partes relacionadas	-10.265	-52.781	-25.962
6.01.02.09	Pagamento de depósitos judiciais	-54	-116	-72
6.01.02.10	Imposto de renda e contribuição social	-889	4.118	-1.937
6.01.02.11	Pagamento de perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	-696	0	-150
6.01.02.12	Clientes	-50	-762	0

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015</b>
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	323.386	386.596	74.070
6.02.01	Dividendos recebidos	621.682	479.977	388.592
6.02.02	Aquisição de imobilizado e intangível	-7.315	-9.454	-8.618
6.02.03	Partes relacionadas - mútuo	0	0	-241.804
6.02.04	Aumento de Capital - Ecopistas	0	0	-74.275
6.02.05	Aumento de Capital - Ecovia	-40.981	-83.927	-12.000
6.02.06	Redução de Capital - Ecocataratas	0	0	180.000
6.02.07	Aquisição participação - ECO101 e Ecoponte	0	0	-157.825
6.02.08	Partes relacionadas - Debênture privada	-250.000	0	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	689.174	-561.032	-295.789
6.03.01	Juros pagos	-151.013	-139.803	-67.705
6.03.02	Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	1.496.869	214.752	119.377
6.03.03	Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures	-79.992	-199.991	0
6.03.04	Pagamentos de dividendos e juros sobre o capital próprio	-509.142	-435.990	-347.461
6.03.06	Partes relacionadas - dívida	-67.548	0	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	1.081.881	-137.412	-154.493
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	45.969	183.381	337.874
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.127.850	45.969	183.381

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	696.715	5.085	176.986	0	0	878.786
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	696.715	5.085	176.986	0	0	878.786
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	390	-37.643	-445.902	0	-483.155
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	390	0	0	0	390
5.04.06	Dividendos	0	0	-37.643	-435.765	0	-473.408
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-10.137	0	-10.137
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	622.674	0	622.674
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	622.674	0	622.674
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	176.772	-176.772	0	0
5.06.04	Constituição de reserva de dividendos	0	0	176.772	-176.772	0	0
5.07	Saldos Finais	696.715	5.475	316.115	0	0	1.018.305

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	696.715	4.317	139.003	0	0	840.035
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	696.715	4.317	139.003	0	0	840.035
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	768	-21.280	-448.922	0	-469.434
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	768	0	0	0	768
5.04.06	Dividendos	0	0	-21.280	-428.672	0	-449.952
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-20.250	0	-20.250
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	508.185	0	508.185
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	508.185	0	508.185
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	59.263	-59.263	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	21.620	-21.620	0	0
5.06.04	Constituição de reserva para dividendos	0	0	37.643	-37.643	0	0
5.07	Saldos Finais	696.715	5.085	176.986	0	0	878.786

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	696.715	2.995	105.467	0	0	805.177
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	696.715	2.995	105.467	0	0	805.177
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	1.322	-6.794	-340.667	0	-346.139
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	1.322	0	0	0	1.322
5.04.06	Dividendos	0	0	-6.794	-316.476	0	-323.270
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-24.191	0	-24.191
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	380.997	0	380.997
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	380.997	0	380.997
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	40.330	-40.330	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	40.330	-40.330	0	0
5.07	Saldos Finais	696.715	4.317	139.003	0	0	840.035

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015</b>
7.01	Receitas	194.120	184.463	225.925
7.01.02	Outras Receitas	194.120	184.463	225.925
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-39.064	-28.528	-20.846
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-8.186	-16.568	-17.620
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-30.878	-11.960	-3.226
7.03	Valor Adicionado Bruto	155.056	155.935	205.079
7.04	Retenções	-16.185	-11.988	-16.921
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-11.696	-11.988	-11.649
7.04.02	Outras	-4.489	0	-5.272
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	138.871	143.947	188.158
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	833.357	670.276	470.243
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	682.710	562.387	412.157
7.06.02	Receitas Financeiras	150.652	107.919	58.086
7.06.03	Outros	-5	-30	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	972.228	814.223	658.401
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	972.228	814.223	658.401
7.08.01	Pessoal	99.814	92.352	99.722
7.08.01.01	Remuneração Direta	83.446	78.160	83.832
7.08.01.02	Benefícios	10.779	8.344	10.376
7.08.01.03	F.G.T.S.	5.589	5.848	5.514
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	20.168	16.525	25.515
7.08.02.01	Federais	16.469	12.909	20.986
7.08.02.03	Municipais	3.699	3.616	4.529
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	229.572	197.161	152.167
7.08.03.01	Juros	174.566	129.118	71.600
7.08.03.02	Aluguéis	12.697	8.056	3.063
7.08.03.03	Outras	42.309	59.987	77.504
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	622.674	508.185	380.997
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	10.137	20.250	24.191

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015</b>
7.08.04.02	Dividendos	435.765	428.672	316.476
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	176.772	59.263	40.330



**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2017</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2016</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 31/12/2015</b>
1	Ativo Total	7.480.594	6.104.720	5.253.875
1.01	Ativo Circulante	2.236.644	917.610	905.372
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.582.156	583.088	664.295
1.01.01.01	Caixa e Bancos	1.582.156	583.088	664.295
1.01.03	Contas a Receber	132.857	134.488	131.390
1.01.03.01	Clientes	132.857	134.488	131.390
1.01.06	Tributos a Recuperar	26.234	25.676	25.686
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	26.234	25.676	25.686
1.01.07	Despesas Antecipadas	3.924	4.277	5.992
1.01.07.01	Prêmios e Seguros a Apropriar	3.924	4.277	5.992
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	491.473	170.081	78.009
1.01.08.03	Outros	491.473	170.081	78.009
1.01.08.03.01	Títulos e Valores Mobiliários - vinculados	60.234	61.748	49.666
1.01.08.03.03	Outros créditos	15.964	6.823	10.743
1.01.08.03.04	Partes relacionadas	415.275	101.510	17.600
1.02	Ativo Não Circulante	5.243.950	5.187.110	4.348.503
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	951.720	1.124.767	482.480
1.02.01.03	Contas a Receber	82	0	1.877
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	82	0	1.877
1.02.01.06	Tributos Diferidos	120.533	137.599	136.297
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	120.533	137.599	136.297
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	682	140	190
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	724.423	891.354	263.073
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores	724.423	891.354	263.073
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	106.000	95.674	81.043
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	97.166	89.031	81.043
1.02.01.09.04	Títulos e Valores Mobiliários - vinculados	8.834	6.643	0
1.02.03	Imobilizado	122.678	138.955	156.920
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	122.678	138.955	156.920

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2017</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2016</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 31/12/2015</b>
1.02.04	Intangível	4.169.552	3.923.388	3.709.103
1.02.04.01	Intangíveis	4.169.552	3.923.388	3.709.103

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2017</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2016</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 31/12/2015</b>
2	Passivo Total	7.480.594	6.104.720	5.253.875
2.01	Passivo Circulante	1.381.141	1.219.511	1.267.576
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	52.462	43.254	42.126
2.01.01.01	Obrigações Sociais	52.462	43.254	42.126
2.01.02	Fornecedores	75.663	58.589	54.224
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	75.663	58.589	54.224
2.01.03	Obrigações Fiscais	31.880	27.963	25.900
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	31.880	27.963	25.900
2.01.03.01.02	Impostos, taxas e contribuições a recolher	31.880	27.963	25.900
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	998.398	850.917	989.982
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	56.261	320.431	484.814
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	56.261	320.431	484.814
2.01.04.02	Debêntures	942.137	530.486	505.168
2.01.05	Outras Obrigações	50.117	80.617	40.926
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	16.918	13.144	9.427
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	0	0	219
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	16.918	13.144	9.208
2.01.05.02	Outros	33.199	67.473	31.499
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	8.641	34.238	26
2.01.05.02.04	Obrigações com poder concedente	13.062	24.019	20.986
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	11.496	9.216	10.487
2.01.06	Provisões	172.621	158.171	114.418
2.01.06.02	Outras Provisões	172.621	158.171	114.418
2.01.06.02.04	Provisão para manutenção	90.503	87.531	55.869
2.01.06.02.05	Provisão para construção de obras futuras	57.568	38.124	43.227
2.01.06.02.06	Provisão para imposto de renda e contribuição social	24.550	32.516	15.322
2.02	Passivo Não Circulante	4.983.200	3.933.840	3.090.285
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	4.655.300	3.581.224	2.708.271
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	434.748	394.505	367.539

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2017</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2016</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 31/12/2015</b>
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	434.748	394.505	367.539
2.02.01.02	Debêntures	4.220.552	3.186.719	2.340.732
2.02.02	Outras Obrigações	38.302	38.507	48.231
2.02.02.02	Outros	38.302	38.507	48.231
2.02.02.02.03	Outras contas a pagar	38.302	31.080	26.110
2.02.02.02.05	Obrigações com poder concedente	0	7.427	22.121
2.02.03	Tributos Diferidos	0	20.136	21.388
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	20.136	21.388
2.02.04	Provisões	289.598	293.973	312.395
2.02.04.02	Outras Provisões	289.598	293.973	312.395
2.02.04.02.04	Provisão para o imposto de renda e contribuição social	16.767	0	0
2.02.04.02.05	Provisões para perda cíveis, trabalhistas e tributárias	86.012	79.664	81.180
2.02.04.02.06	Provisões para manutenção	179.121	180.541	179.574
2.02.04.02.07	Provisões para construção de obras futuras	7.698	33.768	51.641
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	1.116.253	951.369	896.014
2.03.01	Capital Social Realizado	696.715	696.715	696.715
2.03.02	Reservas de Capital	5.475	5.085	4.317
2.03.02.04	Opções Outorgadas	5.475	5.085	4.317
2.03.04	Reservas de Lucros	316.115	176.986	139.003
2.03.04.01	Reserva Legal	139.343	139.343	117.723
2.03.04.10	Reserva de dividendos	176.772	37.643	21.280
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	97.948	72.583	55.979

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	2.961.523	2.579.537	2.153.113
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.521.804	-1.279.603	-1.067.554
3.03	Resultado Bruto	1.439.719	1.299.934	1.085.559
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-153.138	-122.402	-93.570
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-153.138	-122.402	-93.570
3.04.02.01	Outras Despesas/Receitas Líquidas	208	26	2.203
3.04.02.02	Despesas Gerais e Administrativas	-153.346	-122.428	-95.773
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.286.581	1.177.532	991.989
3.06	Resultado Financeiro	-299.735	-380.194	-406.676
3.06.01	Receitas Financeiras	209.142	181.446	97.418
3.06.02	Despesas Financeiras	-508.877	-561.640	-504.094
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	986.846	797.338	585.313
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-344.327	-273.665	-197.400
3.08.01	Corrente	-330.630	-276.219	-198.236
3.08.02	Diferido	-13.697	2.554	836
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	642.519	523.673	387.913
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	642.519	523.673	387.913
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	622.674	508.185	380.997
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	19.845	15.488	6.916
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,89373	0,72940	0,54685

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015</b>
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	642.519	523.673	387.913
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	642.519	523.673	387.913
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	622.674	508.185	380.997
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	19.845	15.488	6.916

**DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.445.328	1.299.362	1.067.835
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.977.711	1.723.549	1.444.826
6.01.01.01	Lucro Líquido	642.519	523.673	387.913
6.01.01.02	Depreciação e amortização	379.808	294.693	272.786
6.01.01.04	Encargos financeiros e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	426.823	496.838	455.876
6.01.01.05	Variação monetária sobre credor pela concessão	-1.220	4.497	7.387
6.01.01.06	Receita sobre títulos e valores mobiliários	-6.723	-7.290	-6.512
6.01.01.07	Perda / baixa de bens do ativo imobilizado e intangível	1.943	2.253	820
6.01.01.08	Juros sobre contratos de mútuo	0	-35.756	-19.186
6.01.01.09	Tributos diferidos	13.697	-2.554	-836
6.01.01.10	Provisão para manutenção e provisão para obras futuras	118.627	104.729	88.292
6.01.01.11	Atualização monetária sobre provisão para manutenção e obras futuras	34.770	30.136	21.745
6.01.01.12	Provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	5.418	1.579	7.464
6.01.01.13	Atualização monetária de provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	8.769	2.018	9.178
6.01.01.14	Capitalização de juros	-18.472	-6.628	-15
6.01.01.15	Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD	760	120	-913
6.01.01.16	Plano de opção com base em ações	390	769	1.322
6.01.01.17	Levantamento dos depósitos judiciais	3.322	2.941	1.307
6.01.01.18	Atualização monetária dos depósitos judiciais	-5.188	-3.004	-9.886
6.01.01.19	Obrigações com Poder Concedente	41.838	38.316	29.848
6.01.01.20	Provisão para imposto de renda e contribuição social	330.630	276.219	198.236
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-532.383	-424.187	-376.991
6.01.02.01	Clientes	871	4.072	-2.939
6.01.02.02	Tributos a recuperar	-558	10	-1.049
6.01.02.03	Despesas antecipadas	-189	1.765	1.918
6.01.02.04	Outros créditos e outras contas a receber	-9.223	5.797	1.147
6.01.02.05	Fornecedores	17.074	4.365	-17.240
6.01.02.06	Obrigações sociais e trabalhistas	9.208	1.128	1.337
6.01.02.07	Impostos, taxas e contribuições a recolher	3.917	2.063	2.655

**DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015</b>
6.01.02.08	Pagamento de perdas tributários, trabalhistas e cíveis	-7.839	-5.113	-13.845
6.01.02.09	Outras contas a pagar	9.502	3.699	-125
6.01.02.10	Partes relacionadas	-34.635	-33.611	155
6.01.02.11	Imposto de renda e contribuição social	-338.596	-259.025	-220.816
6.01.02.12	Pagamento de manutenção e construção de obras	-158.471	-125.212	-99.210
6.01.02.13	Pagamento de depósitos judiciais	-6.269	-7.925	-14.203
6.01.02.14	Obrigações com o poder concedente	-17.175	-16.200	-14.776
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-628.523	-470.034	-617.393
6.02.02	Aquisição de imobilizado e intangível	-593.166	-486.638	-360.107
6.02.03	Partes relacionadas - mútuo	-40.877	0	-243.887
6.02.04	Acionistas não controladores	22	16.604	-4.700
6.02.05	Aquisição de participação - Eco101 e Ecofonte	0	0	-157.825
6.02.06	Efeito caixa aquisição de participação - Eco101 e Ecofonte	0	0	149.126
6.02.07	Dividendos Minoritários	-12.562	0	0
6.02.08	Aumento de capital	18.060	0	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	182.263	-910.535	-291.380
6.03.01	Títulos e valores mobiliários	6.046	-18.725	11.805
6.03.02	Obrigações com o poder concedente	-41.827	-38.274	-30.593
6.03.04	Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	91.301	466.988	297.850
6.03.05	Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures	-398.220	-517.894	-48.311
6.03.06	Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-509.142	-451.479	-347.461
6.03.09	Juros pagos	-401.688	-351.151	-174.670
6.03.10	Captação de debêntures, líquida de custos com emissão	1.503.341	0	0
6.03.11	Partes relacionadas - dívida	-67.548	0	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	999.068	-81.207	159.062
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	583.088	664.295	505.233
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.582.156	583.088	664.295



**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>Participação dos Não Controladores</b>	<b>Patrimônio Líquido Consolidado</b>
5.01	Saldos Iniciais	696.715	5.085	176.986	0	0	878.786	72.583	951.369
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	696.715	5.085	176.986	0	0	878.786	72.583	951.369
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	390	-37.643	-445.902	0	-483.155	5.520	-477.635
5.04.01	Aumentos de Capital	0	0	0	0	0	0	18.060	18.060
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	390	0	0	0	390	22	412
5.04.06	Dividendos	0	0	-37.643	-435.765	0	-473.408	-12.562	-485.970
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-10.137	0	-10.137	0	-10.137
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	622.674	0	622.674	19.845	642.519
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	622.674	0	622.674	19.845	642.519
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	176.772	-176.772	0	0	0	0
5.06.04	Constituição de reserva de dividendos	0	0	176.772	-176.772	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	696.715	5.475	316.115	0	0	1.018.305	97.948	1.116.253

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	696.715	4.317	139.003	0	0	840.035	55.979	896.014
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	696.715	4.317	139.003	0	0	840.035	55.979	896.014
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	768	-21.280	-448.922	0	-469.434	1.116	-468.318
5.04.01	Aumentos de Capital	0	0	0	0	0	0	4.200	4.200
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	768	0	0	0	768	42	810
5.04.06	Dividendos	0	0	-21.280	-428.672	0	-449.952	-3.126	-453.078
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-20.250	0	-20.250	0	-20.250
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	508.185	0	508.185	15.488	523.673
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	508.185	0	508.185	15.488	523.673
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	59.263	-59.263	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	21.620	-21.620	0	0	0	0
5.06.04	Constituição de reserva para dividendos	0	0	37.643	-37.643	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	696.715	5.085	176.986	0	0	878.786	72.583	951.369

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	696.715	2.995	105.467	0	0	805.177	2.694	807.871
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	696.715	2.995	105.467	0	0	805.177	2.694	807.871
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	1.322	-6.794	-340.667	0	-346.139	46.369	-299.770
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	1.322	0	0	0	1.322	17	1.339
5.04.06	Dividendos	0	0	-6.794	-316.476	0	-323.270	-4.717	-327.987
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-24.191	0	-24.191	0	-24.191
5.04.08	Efeito participação acionistas não controladores - aquisição participação Eco101	0	0	0	0	0	0	51.069	51.069
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	380.997	0	380.997	6.916	387.913
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	380.997	0	380.997	6.916	387.913
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	40.330	-40.330	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	40.330	-40.330	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	696.715	4.317	139.003	0	0	840.035	55.979	896.014

**DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015</b>
7.01	Receitas	3.219.941	2.801.313	2.348.433
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.533.994	2.261.451	1.888.319
7.01.02	Outras Receitas	99.411	88.454	107.785
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	586.536	451.408	352.329
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.018.828	-843.783	-665.544
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-955.190	-799.639	-632.644
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-63.638	-44.144	-32.900
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.201.113	1.957.530	1.682.889
7.04	Retenções	-379.808	-294.693	-272.786
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-379.808	-294.693	-272.786
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.821.305	1.662.837	1.410.103
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	198.019	174.844	97.418
7.06.02	Receitas Financeiras	209.142	174.818	97.418
7.06.03	Outros	-11.123	26	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.019.324	1.837.681	1.507.521
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.019.324	1.837.681	1.507.521
7.08.01	Pessoal	252.669	243.745	209.361
7.08.01.01	Remuneração Direta	197.535	192.484	165.076
7.08.01.02	Benefícios	42.200	38.940	33.586
7.08.01.03	F.G.T.S.	12.934	12.321	10.699
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	591.412	495.435	392.720
7.08.02.01	Federais	457.874	375.891	289.829
7.08.02.03	Municipais	133.538	119.544	102.891
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	532.724	574.828	517.527
7.08.03.01	Juros	346.081	341.853	229.091
7.08.03.02	Aluguéis	23.847	19.816	13.433
7.08.03.03	Outras	162.796	213.159	275.003
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	642.519	523.673	387.913
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	10.137	20.250	24.191

**DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015</b>
7.08.04.02	Dividendos	435.765	428.672	316.476
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	176.772	59.263	40.330
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	19.845	15.488	6.916

## Relatório da Administração

### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2017

#### Senhores Acionistas

A Administração da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., em conformidade com as disposições estatutárias e legais, submete à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração e as correspondentes demonstrações financeiras individuais e consolidadas, referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

#### Mensagem da Administração

A Ecorodovias Concessões é a empresa do Grupo EcoRodovias que, além de prestar serviços administrativos, financeiros, recursos humanos, tecnologia da informação e engenharia às empresas do Grupo, é a acionista direta das concessionárias de rodovias: Ecovias dos Imigrantes, Ecopistas, Ecovia Caminho do Mar, Ecocataratas, Ecosul, ECO101 e Ecoponte. Em 2017, registramos a passagem de 295,9 milhões de veículos equivalentes pagantes nas 7 concessionárias. Nossas rodovias possuem o diferencial de estarem estrategicamente posicionadas nos principais corredores de exportação/importação e de circulação de bens para o mercado interno, de produção, de consumo e de turismo do País.

#### PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e de acordo com as normas internacionais de contabilidade. Essas práticas são apresentadas na Nota Explicativa nº 3 das Demonstrações Financeiras.

#### RESULTADOS OPERACIONAIS – TRÁFEGO

O tráfego consolidado de veículos equivalentes pagantes apresentou crescimento de 3,8% em 2017. Os principais motivos para essa variação estão apresentados abaixo:

**Veículos Pesados** – crescimento de 4,6% em 2017. As concessionárias Ecovias dos Imigrantes, Ecovia Caminho do Mar e Ecosul tiveram tráfego influenciado positivamente pelo aumento das exportações de commodities agrícolas nos portos de Santos, Paranaguá e Rio Grande. A Ecopistas e a ECO101 apresentaram aumento de tráfego devido à retomada da produção industrial. A Ecocataratas apresentou crescimento no seu tráfego influenciado pelo fluxo de exportação de grãos na região. A Ecoponte apresentou redução no tráfego influenciado pela execução de obras em toda a extensão da Avenida Brasil, que contribui para a migração de veículos comerciais para o Arco Metropolitano.

**Veículos de Passeio** – crescimento de 3,0% em 2017. A Ecovias dos Imigrantes, Ecopistas e Ecovia Caminho do Mar tiveram o tráfego influenciado pelo aumento no fluxo de turistas e clima favorável. A Ecocataratas apresentou crescimento de tráfego impulsionado pelo aumento no fluxo de turismo de compras no Paraguai. A Ecosul apresentou aumento de tráfego influenciado pela melhora na economia e clima favorável. A Ecoponte apresentou crescimento de tráfego influenciada pelo início da operação do Túnel Cafubá Charitas na cidade de Niterói, em maio de 2017, que melhorou o acesso à Ponte e a ECO101 apresentou queda em função da greve da Polícia Militar no estado do Espírito Santo em fevereiro.

## Relatório da Administração

### RESULTADOS ECONÔMICOS E FINANCEIROS

#### RECEITA BRUTA

A receita bruta consolidada totalizou R\$3.219,9 milhões em 2017, crescimento de 14,9%. As deduções sobre a receita bruta totalizaram R\$258,4 milhões, 16,5% superior em comparação ao exercício anterior.

**Receita de Pedágio** - crescimento de 12,1%, resultante principalmente, na melhora do tráfego em 2017 e dos reajustes contratuais nas tarifas de pedágio das concessões rodoviárias.

**Receita de Construção** – aumento de 29,9%, principalmente, devido ao maior nível de obras nas concessionárias Ecoponte e Ecopistas.

**Receita Acessória e de Serviços** – incremento de 12,4%, resultante do aumento das receitas acessórias na concessionária Ecoponte, em função de novos contratos de permissão de uso da faixa de domínio.

Para mais informações sobre a receita bruta, vide Nota Explicativa da Demonstração Financeira da Companhia.

#### RECEITA LÍQUIDA

A receita líquida consolidada atingiu R\$2.961,5 milhões em 2017, excluindo a receita de construção a receita líquida pró-forma foi de R\$2.375,0 milhões, aumento de 11,6% em relação a 2016.

#### CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Os custos operacionais e despesas administrativas tiveram aumento de 19,5% e totalizaram R\$1.675,2 milhões. Desconsiderando o custo de construção, provisão para manutenção, depreciação e amortização, os custos operacionais e despesas administrativas caixa atingiram R\$590,2 milhões, aumento de 7,0%. As variações observadas foram:

**Pessoal:** R\$252,7 milhões em 2017, aumento de 3,8%, devido ao reajuste salarial referente ao acordo coletivo.

**Conservação e Manutenção:** R\$77,8 milhões em 2017, 0,1% superior a 2016, principalmente, na manutenção de software.

**Serviços de terceiros:** R\$132,1 milhões em 2017, 22,2% superior a 2016, devido aos custos não recorrentes para consultoria em novos leilões de concessões.

**Poder Concedente, Seguros e Locações:** R\$79,1 milhões em 2017, 7,9% superior a 2016, devido ao incremento da outorga variável em função do aumento da receita de pedágio e reajuste das taxas de fiscalização;

**Depreciação e Amortização:** R\$379,8 milhões em 2017, 28,9% superior a 2016, devido à maior base de ativos durante o ano de 2017;

**Provisão para Manutenção:** R\$118,6 milhões em 2017, superior de 13,3%, devido a previsão dos programas futuros para manutenção, dentro dos critérios estabelecidos pelas normas contábeis; e

**Custo de construção de obras:** R\$586,5 milhões em 2017, 29,9% superior a 2016, principalmente, devido à conclusão de obras contratuais.

## Relatório da Administração

**Outros:** R\$53,0 milhões em 2017, 9,0% superior a 2016, referentes as despesas com combustível e energia elétrica;

Para mais informações sobre os Custos Operacionais e Despesas Administrativas, vide Nota Explicativa da Demonstração Financeira da Companhia.

### RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido foi negativo em R\$299,7 milhões, redução de 21,2% devido, principalmente, à variação do IPCA (indexador de 44% das dívidas) e do CDI (indexador de R\$ 48% das dívidas), quando comparado com o exercício anterior.

Para mais informações sobre o Resultado Financeiro, vide Nota Explicativa da Demonstração Financeira da Companhia.

### LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

Em 2017, a Ecorodovias Concessões e Serviços apresentou lucro líquido após a participação de minoritários de R\$622,7 milhões, acréscimo de 22,5% a 2016, impactados pelos itens mencionados acima.

### DISPONIBILIDADE E ENDIVIDAMENTO CONSOLIDADO

A EcoRodovias Concessões e Serviços encerrou dezembro de 2017 com saldo de caixa, bancos, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários vinculados de R\$1.651,2 milhões. A dívida bruta (composta por empréstimos e financiamentos, arrendamento mercantil financeiro e debêntures) atingiu R\$5.653,7 milhões, sendo 82% dos vencimentos no longo prazo. A dívida com o poder concedente era de R\$13,1 milhões.

A dívida líquida encerrou o ano em R\$4.002,5 milhões, com o indicador de Dívida Líquida/EBITDA Ajustado de 2,2x.

Para mais informações sobre o endividamento, vide notas explicativas da Demonstração Financeira da Companhia.

### CAPEX

O Capex, composto pelo intangível/imobilizado e custo de manutenção, realizado em 2017, foi de R\$770,1 milhões. Os principais investimentos realizados foram investimentos iniciais em pavimentação, conservação especial e aquisição de hardwares nas concessões rodoviárias. Conforme os critérios de contabilização estabelecidos pelas normas contábeis (IFRS/ICPC), para as concessões de rodovias, os investimentos são contabilizados como Custo de Construção (Ativo Intangível) ou Custo de Manutenção (Provisão para Manutenção).

As informações sobre Governança Corporativa, Gestão de Pessoas e Responsabilidade Socioambiental estão disponíveis no Relatório de Administração da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S/A., no site [www.ecorodovias.com.br/ri](http://www.ecorodovias.com.br/ri).

### RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à instrução CVM 381/2003, informamos que a Ernst & Young Auditores Independentes S.S foi contratada para prestação dos seguintes serviços em 2017: Auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e



**Relatório da Administração**

Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”); Revisão das Informações Contábeis Intermediárias Trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 – “*Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*”. Os honorários relativos a esses trabalhos são de R\$272,0 mil. A Companhia não contratou os Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos da auditoria externa.

\*\*\*\*\*

## Notas Explicativas

### 1. Informações gerais

A EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. ("EcoRodovias Concessões" ou "Companhia") tem por objetivo participar em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista, além de prestar serviços: administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. A sede da Companhia fica localizada na Rodovia dos Imigrantes (SP-160), km 28,5. As ações da Companhia não são negociadas em Bolsa de Valores.

As controladas diretas da Companhia estão sumariadas na Nota Explicativa nº 2.

A conclusão e emissão destas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 19 de fevereiro de 2018.

### 2. Apresentação das demonstrações financeiras

#### 2.1. Declaração de conformidade e base para preparação

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem:

a) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram elaboradas tomando como base os padrões internacionais de contabilidade ("IFRS") emitidos pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* ("IFRIC"), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

b) Demonstrações financeiras individuais da controladora

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

## Notas Explicativas

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

As políticas contábeis significativas adotadas pelo Grupo estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados; aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir.

As demonstrações financeiras consolidadas apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

### 2.2. Base de consolidação e investimentos em controladas

A seguir estão apresentadas as participações nas controladas, sendo todas as companhias domiciliadas no Brasil:

<b>Controladas diretas</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>Atividade principal</b>
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.	<b>100,00%</b>	100,00%	Exploração, pelo regime de concessão, do sistema rodoviário constituído pelo Sistema Anchieta-Imigrantes.
Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas	<b>100,00%</b>	100,00%	Opera mediante percepção de pedágio e de receitas acessórias, nos termos e limites do contrato de concessão.
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.	<b>100,00%</b>	100,00%	Exploração sob o regime de concessão do Lote 006 Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná.
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas	<b>100,00%</b>	100,00%	Exploração sob o regime de concessão do Lote 003 Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná.
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul	<b>90,00%</b>	<b>90,00%</b>	Exploração pelo regime de concessão, de determinados trechos integrantes do denominado Polo de Pelotas.
ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.	<b>58,00%</b>	<b>58,00%</b>	Exploração de concessão da rodovia BR-101 ES/BA.
Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. Ecoponte	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	Exploração da concessão da rodovia BR-101/RJ - Trecho Acesso à Ponte Presidente Costa e Silva (Niterói) - Entr. RJ-071 (Linha Vermelha).

## Notas Explicativas

### 2. Apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

#### 2.3. Contratos de Concessão

Abaixo estão apresentados os principais contratos de concessão da Companhia, por entidade:

I) Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.

Explora o Sistema Anchieta-Imigrantes, com extensão total de 176,8 km, e é constituído basicamente por: (a) Rodovia Anchieta (SP-150 - entre o km 9,7 e o km 65,6); (b) Rodovia dos Imigrantes (SP-160 - entre o km 11,5 e o km 70,0); (c) Interligação Planalto (SP-041 - em uma extensão de 8 km); (d) Interligação Baixada (SP-059 - em uma extensão de 1,8 km); (e) Rodovia Padre Manoel da Nóbrega (SP-055/170 - entre o km 270,6 e o km 292,2); e (f) Rodovia Cônego Domênico Rangoni (SP-055/248 - entre o km 0 e o km 8,4 e entre o km 248,0 e o km 270,6). Contrato, que foi contabilizado como ativo intangível, vigorará até outubro de 2025.

II) Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

Administra conjunto de pistas de rolamento do corredor Ayrton Senna-Carvalho Pinto, respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nele contidos, com 134,9 km de extensão. Contrato, que foi contabilizado como ativo intangível, vigorará até junho de 2039.

III) Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Explora 136,7 km de rodovia, constituídos por: (a) BR-277, trecho entre a cidade de Curitiba e o Porto de Paranaguá, em uma extensão de 85,7 km; (b) PR-508, trecho entre a BR-277 e o município de Matinhos, em uma extensão de 32 km; e (c) PR-407, trecho desde a BR-277 até a Praia de Leste, em uma extensão de 19 km. Contrato, que foi contabilizado como ativo intangível, vigorará até novembro de 2021.

## Notas Explicativas

### 2. Apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

#### 2.3. Contratos de concessão--Continuação

##### IV) Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas

Explora o trecho de 387,1 km localizado entre o município de Guarapuava, no Estado do Paraná, e o município de Foz do Iguaçu, no mesmo Estado. O prazo de duração do contrato de concessão é de 24 anos (o prazo final da concessão é 13 de novembro de 2021). A concessão foi contabilizada como ativo intangível.

##### V) Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Explora as seguintes rodovias e trechos:

<u>Rodovia</u>	<u>Trecho</u>	<u>Extensão (km)</u>
BR-116	Pelotas/Camaquã	123,4
BR-116	Pelotas/Jaguarão	137,1
BR-392	Pelotas/Rio Grande	125,6
BR-392	Pelotas/Santana da Boa Vista	123,0

O fim da concessão, contabilizada como ativo intangível, está prevista para março de 2026. Ao término do período da concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A concessionária terá direito à indenização correspondente ao saldo amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão.

## Notas Explicativas

### 2. Apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

#### 2.3. Contratos de concessão--Continuação

##### VI) ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.

Explora pelo regime de concessão da Rodovia Federal BR-101/ES/BA entre a BA-698 (acesso à Mucuri-BA) até a divisa ES/RJ. A concessão, pelo prazo de 25 anos (a partir da data de assunção e transferência dos bens ocorrida em 10 de maio de 2013) consiste na exploração da infraestrutura e da prestação de serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias e ampliação de capacidade do sistema rodoviário da Rodovia Federal BR101/ES/BA entre a BA-698 (acesso à Mucuri-BA) até a divisa ES/RJ, sendo remunerada mediante a cobrança de tarifa de pedágio e outras fontes de receita acessória. Ao término do período de concessão em maio de 2038, retornarão ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário.

##### VII) Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. Ecoponte

Em 18 de maio de 2015 a Companhia, através de sua controlada Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte, assinou o contrato de concessão para a exploração da Infraestrutura e da prestação de serviço público de operação, manutenção, monitoração e conservação e implantação de melhorias do sistema rodoviário, mediante a cobrança de tarifa de pedágio, no prazo de 30 anos, a contar de 1º de junho de 2015, da BR-101/RJ: Trecho Acesso à Ponte Presidente Costa e Silva (Niterói) - Entr. RJ-071 (Linha Vermelha).

#### 2.4. Moeda funcional de apresentação

As demonstrações financeiras da controladora e de suas controladas, incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas, são apresentadas em reais, a moeda do ambiente econômico no qual as empresas atuam ("moeda funcional").

## Notas Explicativas

### 3. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados e para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e consolidadas:

a) Instrumentos financeiros

i) *Ativos financeiros*

Os ativos financeiros são classificados como: (i) ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, (ii) empréstimos e recebíveis, (iii) investimentos mantidos até o vencimento ou (iv) ativos financeiros disponíveis para venda. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, outros recebíveis e instrumentos financeiros.

Mensuração subsequente

A mensuração dos ativos financeiros depende de sua classificação:

- Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, e outros recebíveis. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A amortização do método de juros efetivos ou despesas financeiras (perdas por redução ao valor recuperável) é apresentada na conta do resultado financeiro da demonstração do resultado.

- Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

## Notas Explicativas

### 3. Principais práticas contábeis--Continuação

#### a) Instrumentos financeiros--Continuação

##### i) *Ativos financeiros--Continuação*

###### Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro é baixado principalmente quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

###### Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupos de ativos financeiros, não é recuperável, tendo como base um ou mais eventos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do ativo e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

##### ii) *Passivos financeiros*

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, debêntures e contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, debêntures e contratos de garantia financeira.



## Notas Explicativas

### 3. Principais práticas contábeis--Continuação

#### a) Instrumentos financeiros--Continuação

##### ii) *Passivos financeiros*--Continuação

###### Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

- Contratos de garantia financeira

Os contratos de garantia financeira emitidos pela Companhia são contratos que requerem pagamento para fins de reembolso do detentor por perdas por ele incorridas quando o devedor especificado deixar de fazer o pagamento devido segundo os termos do correspondente instrumento de dívida. Contratos de garantia financeira são inicialmente reconhecidos como um passivo a valor justo, ajustado por custos de transação diretamente relacionados com a emissão da garantia. Subsequentemente, o passivo é mensurado com base na melhor estimativa da despesa requerida para liquidar a obrigação presente na data do balanço ou no valor reconhecido menos amortização, dos dois o maior.

###### Desreconhecimento (baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

## Notas Explicativas

### 3. Principais práticas contábeis--Continuação

#### a) Instrumentos financeiros--Continuação

##### iii) *Instrumentos financeiros - apresentação líquida*

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Até 31 de dezembro de 2017 não houve indenizações relevantes.

#### b) Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para valorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O seguinte critério é aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

##### *Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura*

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente (em 31 de dezembro) ou quando as circunstâncias indicarem perda por valorização do valor contábil.

##### *Ativos intangíveis*

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por valorização do valor contábil.

## Notas Explicativas

### 3. Principais práticas contábeis--Continuação

#### c) Provisões gerais

As provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e há uma estimativa confiável do valor da obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

#### d) Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos).

Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

#### e) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo foram trazidos a seu valor presente na data das transações, em virtude de seus prazos, usando a taxa média de encargos financeiros em que incorre quando de suas captações, tanto para clientes quanto para fornecedores. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

## Notas Explicativas

### 3. Principais práticas contábeis--Continuação

#### f) Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no exercício em que são incorridos.

#### g) Normas, alterações e interpretações de normas

As normas e interpretações emitidas, mas ainda não adotados até a emissão das demonstrações financeiras da Companhia são abaixo apresentadas. A Companhia pretende adotar essas normas, se aplicável, quando entrarem em vigência:

<u>Norma</u>	<u>Requerimento</u>	<u>Impacto nas demonstrações financeiras</u>
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros	Tem o objetivo, em última instância, de substituir a IAS 39. As principais mudanças previstas são: (i) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor justo; (ii) a norma divide todos os ativos financeiros em: custo amortizado e valor justo; e (iii) o conceito de derivativos embutidos foi extinto.	A Administração da Companhia está avaliando os impactos do IFRS 9 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
IFRS 15 - Receitas de contratos com clientes	A IFRS 15 (CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente) foi emitida em maio de 2014, alterada em abril de 2016, e estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com a IFRS 15, a receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. A nova norma para receita substituirá todos os requisitos atuais de reconhecimento de receita de acordo com as IFRS. A aplicação retrospectiva completa ou a aplicação retrospectiva modificada será exigida para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018. O Grupo planeja adotar a nova norma na data de vigência requerida com base no método retrospectivo completo.	Até o momento, a Companhia não identificou impactos significativos em comparação com as atuais normas de receitas em relação ao reconhecimento da receita exigidas pela IFRS.
IFRS 16 Arrendamento (Vigência a partir de 01/01/2019)	A nova norma estabelece os princípios, tanto para o cliente (o locatário) e o fornecedor (locador), sobre o fornecimento de informações relevantes acerca das locações de maneira que seja demonstrado nas demonstrações financeiras, de forma clara, as operações de arrendamento mercantil. Para atingir esse objetivo, o locatário é obrigado a reconhecer os ativos e passivos resultantes de um contrato de arrendamento.	A Administração da Companhia está avaliando os impactos do IFRS 16 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.
Alterações à IFRS 10 e à IAS 28: Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua associada ou empreendimento controlado em conjunto ( <i>joint venture</i> )	As alterações abordam o conflito entre a IFRS 10 e a IAS 28 no tratamento da perda de controle de uma subsidiária que é vendida ou contribuída a uma associada ou a um empreendimento controlado em conjunto ( <i>joint venture</i> ). As alterações esclarecem que o ganho ou a perda resultantes da venda ou contribuição de ativos que constituem um negócio, conforme definido na IFRS 3, entre um investidor e	A Administração da Companhia está avaliando os impactos do IFRS 10 e IAS 28 e entende que sua adoção não provocará um

## Notas Explicativas

sua associada ou joint venture, são reconhecidos(as) na íntegra. Qualquer ganho ou perda resultantes da venda ou contribuição de ativos que não constituam um negócio, no entanto, são reconhecidos(as) somente na extensão das participações de investidores não relacionados na associada ou *joint venture*.

impacto relevante nas demonstrações financeiras.

IFRS 2 Classificação e mensuração de transações com pagamentos baseados em ações – Alterações à IFRS 2

O IASB emitiu alterações à IFRS 2 Pagamentos baseados em ações, que abordam três áreas principais: os efeitos das condições de aquisição de direitos sobre a mensuração de uma transação de pagamento baseada em ações liquidada em dinheiro; a classificação de uma transação de pagamento baseada em ações com características de liquidação pelo valor líquido para obrigações relacionadas a impostos retidos na fonte; e o tratamento contábil quando uma modificação nos termos e condições de uma transação de pagamento baseada em ações altera sua classificação de liquidação em dinheiro para liquidação com ações.

A Administração da Companhia está avaliando os impactos do IFRS 2 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.

Interpretação IFRIC 23 Incerteza sobre o tratamento dos tributos sobre a renda

A Interpretação trata da contabilização dos tributos sobre a renda quando os tratamentos fiscais envolvem incerteza que afete a aplicação da IAS 12, e não se aplica a impostos ou exações alheias ao âmbito da IAS 12, nem inclui, de forma específica, as exigências relativas a juros e multas associadas a incertezas no tratamento aplicável aos tributos.

A Administração da Companhia está avaliando os impactos do IFRS 23 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.

## Notas Explicativas

### 4. Principais uso de estimativas e julgamento

A Administração da Companhia e de suas controladas estabelecem estimativas e premissas com relação a eventos no futuro. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas a seguir:

- Taxa de desconto: a determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos;
- Taxa de amortização: a determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas por meio de estudos econômicos de projeção de tráfego; e
- Provisões: a determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos futuros oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes, provisões para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos.

#### Contabilização de Contratos de Concessão

Na contabilização dos Contratos de Concessão, a Companhia e suas controladas efetuam análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de Contratos de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos Contratos de Concessão. As divulgações para cada Contrato de Concessão da Companhia e suas características estão descritas na Nota Explicativa nº 2.2.

#### Momento de reconhecimento dos ativos intangíveis

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas de cada Contrato de Concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço relacionado e que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, por exemplo, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível.

## Notas Explicativas

### 4. Principais uso de estimativas e julgamento--Continuação

#### Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos contratos de concessão

A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrente dos contratos de concessão limitado ao prazo final das respectivas concessões. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente se dá devido à curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos de cada contrato de concessão. A Companhia utiliza modelos para estudo e projeção do tráfego nas rodovias sob sua concessão.

#### Determinação das receitas de construção

A receita de construção é reconhecida pelo seu valor justo, assim como os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. De acordo com o ICPC (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) 01, sempre que uma concessionária de serviços públicos executa obras, mesmo que previstas contratualmente, ela realiza serviços de construção, sendo que estes podem possuir dois tipos de remuneração, ou por recebimento dos valores do Poder Concedente (ativo financeiro), ou pela remuneração da tarifa de pedágio (ativo intangível). Para essa última modalidade, que é o caso de todas as concessionárias de rodovias administradas pela Companhia, a receita de construção deve ser reconhecida pelo seu valor justo, e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra e empresa do Grupo EcoRodovias que efetua os serviços de construção. A Administração da Companhia entende que as contratações dos serviços de construção são realizadas a valor de mercado, portanto, não reconhece margem de lucro nas atividades de construção.

#### Determinação do ajuste ao valor presente de determinados ativos e passivos

A Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, os ativos e passivos sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue:

## Notas Explicativas

### 4. Principais usos de estimativas e julgamento--Continuação

- (a) Provisão para manutenção e obras futuras decorrentes dos gastos estimados, para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia, e provisão para manutenção decorrente dos custos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos valores presentes dessas provisões foi calculada por meio do método de projeção de fluxo de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos, para fazer frente às respectivas obrigações (estimada para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa de desconto, que varia entre 9,50% e 11,85% ao ano. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na média ponderada das captações. A mensuração e os critérios dos respectivos valores estão detalhados nas Notas explicativas nº 19 e nº 20.
- (b) Obrigações com Poder Concedente decorrentes das obrigações incorridas pela Companhia relacionadas ao direito de outorga. A mensuração e os critérios dos respectivos valores estão detalhados na Nota Explicativa nº 17.

### 5. Reclassificações efetuadas pela Administração da Companhia

A Administração da controlada direta Ecovia Caminho do Mar realizou a reclassificação de R\$2.581 entre as rubricas de “Imobilizado” e “Intangível” para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, refletindo assim nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia. Tal reclassificação tem por objetivo adequar a apresentação da rubrica “Edificações”.

	Originalmente divulgado	Reclassificação	Reapresentado
Imobilizado	138.955	(2.581)	136.374
Intangível	3.923.388	2.581	3.925.969
	<b>4.062.343</b>	<b>-</b>	<b>4.062.343</b>

A Administração da Companhia realizou a reclassificação de (R\$16.200) na Demonstração do fluxo de caixa para o exercício findo em 2016. Tal reclassificação tem por objetivo adequar a apresentação da rubrica “Pagamento com Poder Concedente”.

	Originalmente divulgado	Reclassificação	Reapresentado
FLUXO DE CAIXA NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Pagamento de obrigações com Poder Concedente	-	(16.200)	(16.200)
FLUXO DE CAIXA NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Pagamento de obrigações com Poder Concedente	(16.200)	16.200	-
	<b>(16.200)</b>	<b>-</b>	<b>(16.200)</b>



## Notas Explicativas

### 6. Caixa e equivalentes de caixa

#### Política contábil

A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Caixa e bancos	14	29	<b>37.853</b>	32.597
Aplicações financeiras:				
Fundo de investimento (a)	1.127.703	37.310	<b>1.504.290</b>	515.940
Aplicações compromissadas (b)	-	7.741	<b>17.473</b>	22.097
Aplicações automáticas (c)	133	889	<b>22.540</b>	12.454
	<b>1.127.850</b>	<b>45.969</b>	<b>1.582.156</b>	<b>583.088</b>

- (a) Fundo de investimento, que se enquadra na categoria "Renda fixa - crédito privado", de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador. Podendo ser resgatado a qualquer momento, sem perda significativa de valor.

O Fundo não pode investir em operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido. O Fundo também não pode investir em determinados ativos, tais como ações, índice de ações e derivativos.

Em 31 de dezembro de 2017 a carteira do Fundo de títulos e valores mobiliários era composta por 59,7% em Certificado de Depósito Bancário (CDB), 23,3% em Operações Compromissadas, 1,3% em Letra Financeira (LF), 15,7% em Letra Financeira do Tesouro (LFT). (Em 31 de dezembro de 2016 a carteira do Fundo de títulos e valores mobiliários era composta por 30,3% em Certificado de Depósito Bancário (CDB), 60,8% em Operações Compromissadas, 3,9% em Letra Financeira (LF) e 5,0% em Títulos Públicos).

As aplicações financeiras vinculadas a fundos de investimentos são remunerados à taxa média ponderada de 98,9% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais. (100,7% em 31 de dezembro de 2016).

- (b) Os recursos vinculados às aplicações financeiras compromissadas são remuneradas à taxa média ponderada de 80,0% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) (90,0% em 31 de dezembro de 2016), sem o risco de mudança significativa de valor. A referida aplicação possui liquidez imediata e por estarem vinculadas a aplicações compromissadas não geram custos de IOF e são realizadas quando há necessidade de utilização de recursos em prazos inferiores há 30 dias.
- (c) A Companhia possui aplicação financeira no Itaú Unibanco, na qual os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados conforme escala de permanência e que podem variar de 2% a 100% do CDI, o grupo mantém apenas saldo mínimo nessa modalidade, e diariamente o volume excedente é alocado em aplicações mais rentáveis, mantendo essa modalidade com a taxa média de 2,0% do CDI (aplicações com permanência entre 1 e 14 dias), sem o risco de mudança significativa do valor. A referida aplicação possui liquidez imediata.

## Notas Explicativas

### 7. Títulos e valores mobiliários – vinculados - Consolidado

Os títulos e valores mobiliários são investimentos temporários, representados por títulos de alta liquidez.

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Fundo de investimento (a)	<b>69.068</b>	65.702
Poupança (b)	-	2.689
	<b>69.068</b>	<b>68.391</b>
Circulante	<b>60.234</b>	61.748
Não circulante	<b>8.834</b>	6.643

- a) O Fundo de Investimento é remunerado à taxa de 97,9% do CDI (97,8% em 31 de dezembro de 2016) e reflete as condições de mercado nas datas dos balanços. Embora as aplicações possuam liquidez imediata, foram classificadas como títulos e valores mobiliários - por estarem vinculadas ao contrato de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e Debêntures como garantia de parte do pagamento de juros e principal das controladas indiretas Concessionária de Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. e para Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. apenas operações com o BNDES.
- b) Refere-se ao Termo de Compromisso de Compensação Ambiental que a controlada direta Ecopistas celebrou com a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB e utilizará os recursos a título de compensação ambiental nas ações a serem definidas e deliberadas pela Câmara de Compensação Ambiental (CCA). Em 22 de maio de 2017, foi efetivada a transferência do saldo total conforme acordo realizado com a CETESB.

### 8. Clientes - consolidado

Representados por pedágio eletrônico, cupons e faturas a receber de clientes pela locação de painéis publicitários, acessos e outros serviços decorrentes da utilização e exploração da faixa de domínio das rodovias.

A composição está assim representada:

	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Pedágio eletrônico (a)	<b>123.216</b>	127.792
Receitas acessórias (b)	<b>5.849</b>	4.737
Outras contas a receber	<b>5.055</b>	2.462
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD (c)	<b>(1.263)</b>	(503)
	<b>132.857</b>	<b>134.488</b>

- (a) Representados por serviços prestados aos usuários relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas às concessionárias e créditos a receber decorrentes de vale pedágio.
- (b) Representados, substancialmente, por exploração da faixa de domínio das rodovias, locação de painéis publicitários e outros serviços previstos nos contratos de concessão.
- (c) A política de contas a receber do Grupo EcoRodovias, no qual a Companhia está inserida, estabelece que a constituição do PECLD seja realizada com base nos clientes vencidos há mais de 120 dias.

## Notas Explicativas

### 8. Clientes--Continuação

O "aging list" das contas a receber está assim representado:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
A vencer	<b>129.583</b>	132.356
Vencidos:		
Até 30 dias	<b>939</b>	1.268
De 31 a 60 dias	<b>566</b>	743
De 61 a 90 dias	<b>1.691</b>	62
De 91 a 120 dias	<b>78</b>	59
Acima de 120 dias	<b>1.263</b>	503
	<u><b>134.120</b></u>	<u>134.991</u>

A movimentação das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é conforme segue:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Saldo inicial	<b>503</b>	383
Constituição de PECLD no exercício	<b>1.284</b>	266
Valores recuperados no exercício	<b>(524)</b>	(146)
	<u><b>1.263</b></u>	<u>503</u>

### 9. Depósitos judiciais - consolidado

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas.

O resultado desfavorável em seus processos, individualmente ou no agregado, não está efeito adverso relevante nas condições financeiras ou nos negócios da Companhia.

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Saldos no início do exercício	<b>285</b>	139	<b>89.031</b>	81.043
Adições	<b>54</b>	116	<b>6.269</b>	7.925
Baixas	<b>(34)</b>	-	<b>(3.322)</b>	(2.941)
Atualização monetária	<b>15</b>	30	<b>5.188</b>	3.004
Saldos no fim do exercício	<u><b>320</b></u>	<u>285</u>	<u><b>97.166</b></u>	<u>89.031</u>

**Notas Explicativas****10. Investimentos - controladora**

	Valores das investidas 31/12/2017		Percentual de participação direta - %		Investimento		Equivalência	
	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.	419.623	360.344	100%	100%	419.623	400.860	360.344	280.140
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.	59.547	99.896	100%	100%	60.462	42.780	100.811	77.569
Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto - Ecopistas	554.973	34.172	100%	100%	554.973	498.444	34.172	22.134
Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. (*)	220.054	28.267	58%	58%	127.631	89.249	16.395	10.304
Concessionária da Ponte Rio Niteroi S.A. - Ecoponte	143.599	38.411	100%	100%	143.599	123.695	38.411	43.859
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas	114.207	60.820	100%	100%	114.207	134.967	60.820	56.145
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul - Ecosul (*)	33.685	79.730	90%	90%	30.317	71.587	71.757	72.235
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. - ágio	-	-	-	-	47.606	52.095	-	-
					<b>1.498.418</b>	<b>1.413.677</b>	<b>682.710</b>	<b>562.386</b>

(\*) Vide Nota Explicativa nº 28

## Notas Explicativas

**10. Investimentos – controladora--Continuação**

A movimentação dos investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 está apresentada a seguir:

	31/12/2015	Dividendos e JSCP propostos	Aporte de capital	Amortização de ágio	Plano de opção com base em ações	Equivalência patrimonial	31/12/2016
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.	389.566	(268.846)	-	-	-	280.140	400.860
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.	46.430	(81.219)	-	-	-	77.569	42.780
Concessionária de Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas	445.601	(8.354)	39.000	-	63	22.134	498.444
Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.	73.097	-	5.800	-	48	10.304	89.249
Concessionária da Ponte Rio Niteroi S.A. – Ecoponte	89.997	(46.215)	36.000	-	54	43.859	123.695
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul	27.422	(31.256)	3.127	-	59	72.235	71.587
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas	128.226	(49.549)	-	-	145	56.145	134.967
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. - ágio	56.584	-	-	(4.489)	-	-	52.095
	1.256.923	(485.439)	83.927	(4.489)	369	562.386	1.413.677

## Notas Explicativas

## 10. Investimentos - controladora--Continuação

A movimentação dos investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 está apresentada a seguir:

	31/12/2016	Dividendos e JSCP propostos	Aporte de capital/ Redução de Investimento	Amortização de ágio	Plano de opção com base em ações	Equivalência patrimonial	31/12/2017
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.	400.860	(341.581)	-	-	-	360.344	419.623
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.	42.780	(90.745)	7.541	-	75	100.811	60.462
Concessionária de Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas	498.444	(10.676)	33.000	-	33	34.172	554.973
Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.	89.249	(2.978)	24.940	-	25	16.395	127.631
Concessionária da Ponte Rio Niteroi S.A. - Ecoponte	123.695	(18.542)	-	-	35	38.411	143.599
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul	71.587	(113.058)	-	-	31	71.757	30.317
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas	134.967	(57.080)	(24.500)	-	-	60.820	114.207
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. - ágio	52.095	(57.080)	-	(4.489)	-	-	47.606
	<b>1.413.677</b>	<b>(634.660)</b>	<b>40.981</b>	<b>(4.489)</b>	<b>199</b>	<b>682.710</b>	<b>1.498.418</b>



## Notas Explicativas

### 10. Investimentos - controladora--Continuação

Em 28 de dezembro de 2017, a controladora direta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. e a Companhia (controladora direta da Eco101), através de Fato Relevante, comunicaram ao mercado que celebraram Contrato de Compra e Venda de Ações com Coimex Empreendimentos e Participações Ltda., Rio Novo Locações Ltda., A. Madeira Indústria e Comércio Ltda., Urbesa Administração e Participações Ltda., Tervap Pitanga Mineração e Pavimentação Ltda., Contek Engenharia S.A. e MMF Empreendimentos e Participações Ltda., que compõem a Centaurus Participações S.A. ("Centaurus") e com a Grant Concessões e Participações Ltda. ("Grant") referentes a aquisição, pela Companhia, de 42% do capital social da Eco101, atualmente detidos pela Grant e pelos acionistas da Centaurus. A ECS pagará por essa participação o valor de R\$46.650 em 60 parcelas, corrigidas a partir de agosto de 2017 pelo IPCA, com dois anos de carência a partir da data de assinatura do contrato. A conclusão da compra está sujeita à verificação de condições precedentes usuais, as quais incluem a comunicação prévia a ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres), aprovação do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, este último recebido em 26 de janeiro de 2018.

Em 16 de janeiro de 2018, a controladora direta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., e a Companhia (controladora direta da Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. – Ecosul), através de Fato Relevante, comunicaram ao mercado que celebraram Contrato de Compra e Venda de Ações com Grant Concessões e Participações Ltda. ("Grant") referente a aquisição, pela Companhia, de 10% do capital social da Ecosul atualmente detido pela Grant. A ECS pagará R\$60.000 por essa participação, sendo que (i) a 1ª parcela (R\$44.000) será paga na data de fechamento, e (ii) a 2ª parcela (R\$16.000, corrigidos pelo CDI) será paga 60 dias contados do pagamento da 1ª parcela. A conclusão da compra está sujeita ao cumprimento de certas condições precedentes usuais, além da comunicação prévia à ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres) e aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, este último recebido em 08 de fevereiro de 2018.



## Notas Explicativas

### 11. Imobilizado

#### Política contábil

O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico deduzido das respectivas depreciações e perdas por valorização, se aplicável. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é registrado na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado. Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas médias de depreciação para cada grupo de ativo.

#### a) Controladora

	Taxas médias de depreciação - %	Custo			Depreciação			Residual		
		Saldos em 31/12/2016	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/2017	Saldos em 31/12/2016	Adições	Saldos em 31/12/2017	31/12/2017	31/12/2016
Hardwares	12,1	17.398	820	-	18.218	(12.276)	(2.156)	(14.432)	3.786	5.122
Máquinas e equipamentos	7,1	1.046	26	-	1.072	(614)	(75)	(689)	383	432
Móveis e utensílios	7,9	1.766	44	-	1.810	(779)	(142)	(921)	889	987
Terrenos	-	2.178	7	-	2.185	-	-	-	2.185	2.178
Edificações	4,2	8.459	-	-	8.459	(1.889)	(354)	(2.243)	6.216	6.570
Veículos	20,9	153	-	-	153	(84)	(32)	(116)	37	69
Instalações	10,2	7.508	271	-	7.779	(1.881)	(779)	(2.660)	5.119	5.627
Imobilizado em andamento	-	1.739	638	-	2.377	-	-	-	2.377	1.739
Outros	10,0	4.993	112	(3)	5.102	(1.517)	(504)	(2.021)	3.081	3.476
		45.240	1.918	(3)	47.155	(19.040)	(4.042)	(23.082)	24.073	26.200

## Notas Explicativas

## 11. Imobilizado--Continuação

## Política contábil--Continuação

## a) Controladora--Continuação

	Taxas médias de depreciação - %	Custo				Depreciação				Residual		
		Saldos em 31/12/2015	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 31/12/2016	Saldos em 31/12/2015	Adições	Transfer.	Saldos em 31/12/2016	Saldos em 31/12/2015	31/12/2016
Hardwares	15,9	15.791	290	(3)	1.320	17.398	(9.528)	(2.748)	-	(12.276)	5.122	6.263
Máquinas e equipamentos	9,2	1.026	20	-	-	1.046	(519)	(95)	-	(614)	432	507
Móveis e utensílios	9,7	1.073	693	-	-	1.766	(642)	(137)	-	(779)	987	431
Terrenos	-	2.074	4	-	100	2.178	-	-	-	-	2.178	2.074
Edificações	4,4	8.459	-	-	-	8.459	(1.520)	(369)	-	(1.889)	6.570	6.939
Veículos	21,6	153	-	-	-	153	(51)	(33)	-	(84)	69	102
Instalações	10,1	7.360	148	-	-	7.508	(1.133)	(748)	-	(1.881)	5.627	6.227
Imobilizado em andamento	-	2.745	2.393	(28)	(3.371)	1.739	-	-	-	-	1.739	2.745
Outros	9,3	4.521	141	-	331	4.993	(1.061)	(456)	-	(1.517)	3.476	3.460
		43.202	3.689	(31)	(1.620)	45.240	(14.454)	(4.586)	-	(19.040)	26.200	28.748

## Notas Explicativas

## 11. Imobilizado--Continuação

## Política contábil--Continuação

## b) Consolidado

	Taxas médias de depreciação - %	Custo					Depreciação					Residual	
		Saldos em 31/12/2016		Saldos em 31/12/2017		Saldos em 31/12/2016		Saldos em 31/12/2017		Saldos em 31/12/2016		Saldos em 31/12/2017	
		Adições	Baixas	Transf.	Baixas	Adições	Baixas	Transf.	Baixas	Adições	Baixas	Transf.	Baixas
<i>Hardwares</i>	8,1	247.085	9.320	(443)	128	<b>256.090</b>	(200.438)	(20.393)	436	(1)	(220.396)	<b>35.694</b>	46.647
Máquinas e equipamentos	6,8	44.761	4.308	(69)	34	<b>49.034</b>	(22.662)	(3.186)	66	-	(25.782)	<b>23.252</b>	22.099
Móveis e utensílios	8,4	17.067	594	(21)	5	<b>17.645</b>	(9.288)	(1.459)	20	-	(10.727)	<b>6.918</b>	7.779
Terrenos	-	6.505	7	-	-	<b>6.512</b>	-	-	-	-	-	<b>6.512</b>	6.505
Edificações	5,0	20.756	725	-	(14)	<b>21.467</b>	(10.224)	(1.046)	-	-	(11.270)	<b>10.197</b>	10.532
Veículos	12,8	16.754	732	(1.134)	200	<b>16.552</b>	(11.599)	(2.076)	1.250	(9)	(12.434)	<b>4.118</b>	5.155
Instalações	11,2	34.290	2.033	-	744	<b>37.067</b>	(10.177)	(4.043)	-	5	(14.215)	<b>22.852</b>	24.113
Outros	7,1	22.782	1.505	(460)	-	<b>23.827</b>	(9.238)	(1.632)	95	83	(10.692)	<b>13.135</b>	13.544
		<b>410.000</b>	<b>19.224</b>	<b>(2.127)</b>	<b>1.097</b>	<b>428.194</b>	<b>(273.626)</b>	<b>(33.835)</b>	<b>1.867</b>	<b>78</b>	<b>(305.516)</b>	<b>122.678</b>	<b>136.374</b>

  

	Taxas médias de depreciação - %	Custo					Depreciação					Residual	
		Saldos em 31/12/2015		Saldos em 31/12/2016		Saldos em 31/12/2015		Saldos em 31/12/2016		Saldos em 31/12/2015		Saldos em 31/12/2016	
		Adições	Baixas	Transf.	Baixas	Adições	Baixas	Transf.	Baixas	Adições	Baixas	Transf.	Baixas
<i>Hardwares</i>	9,4	<b>238.872</b>	7.040	(20)	1.193	<b>247.085</b>	(177.599)	(22.869)	17	13	(200.438)	<b>46.647</b>	<b>61.273</b>
Máquinas e equipamentos	7,1	<b>40.137</b>	4.621	(5)	8	<b>44.761</b>	(19.636)	(3.031)	5	-	(22.662)	<b>22.099</b>	<b>20.501</b>
Móveis e utensílios	8,5	<b>16.173</b>	1.248	(46)	(308)	<b>17.067</b>	(8.052)	(1.401)	29	136	(9.288)	<b>7.779</b>	<b>8.121</b>
Terrenos	-	<b>6.401</b>	4	-	100	<b>6.505</b>	-	-	-	-	-	<b>6.505</b>	<b>6.401</b>
Edificações	4,8	<b>20.756</b>	-	-	-	<b>20.756</b>	(9.224)	(999)	-	(1)	(10.224)	<b>10.532</b>	<b>11.532</b>
Veículos	13,4	<b>15.919</b>	1.186	(336)	(15)	<b>16.754</b>	(9.765)	(2.170)	336	-	(11.599)	<b>5.155</b>	<b>6.154</b>
Instalações	9,8	<b>29.653</b>	3.422	-	1.215	<b>34.290</b>	(6.950)	(3.201)	-	(26)	(10.177)	<b>24.113</b>	<b>22.703</b>
Outros	7,9	<b>24.591</b>	3.230	(28)	(5.011)	<b>22.782</b>	(7.573)	(1.665)	-	-	(9.238)	<b>13.544</b>	<b>17.018</b>
		<b>392.502</b>	<b>20.751</b>	<b>(435)</b>	<b>(2.818)</b>	<b>410.000</b>	<b>(238.799)</b>	<b>(35.336)</b>	<b>387</b>	<b>122</b>	<b>(273.626)</b>	<b>136.374</b>	<b>153.703</b>

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, alguns bens (do ativo imobilizado) classificados na rubrica "Outros" (caminhões e reboque) estavam vinculados como garantia de empréstimos e financiamentos (vide Nota Explicativa nº 14). Para as debêntures (vide Nota Explicativa nº 15) não existem garantias dessa natureza. A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não identificou diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram seu ativo imobilizado e o de suas controladas.

## Notas Explicativas

### 12. Intangível

#### Política contábil

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada pelo prazo de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo.

Os ágios que tenham sido alocados aos direitos de concessão, assim como aqueles relacionados, mas que não tenham sido alocados diretamente à concessão ou a outros ativos e passivos, e que tenham o benefício econômico limitado ao tempo (prazo definido) em razão de direito de concessão com vida útil definida, compõem o saldo do ativo intangível e são amortizados pelos mesmos critérios descritos no parágrafo anterior.



## Notas Explicativas

## 12. Intangível--Continuação

Política contábil--Continuação

## b) Consolidado

Taxas médias de amortização - %	Saldos em 31/12/2016	Custo				Amortização				Residual	
		Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 31/12/2017	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 31/12/2017	31/12/2016	
										Adições	Baixas
(i)	5.721.729	217.901	(1.345)	162.115	6.100.400	(335.779)	-	(78)	(2.340.045)	3.760.355	3.717.541
Contratos de concessão	85.675	6.889	(70)	-	92.494	(58.532)	17	-	(68.709)	23.785	27.143
Softwares de terceiros	181.290	-	-	-	181.290	(5)	-	-	(5)	181.285	181.285
Outros	-	367.624	(285)	(163.212)	204.127	-	-	-	-	204.127	-
Intangível em andamento	5.988.694	592.414	(1.700)	(1.097)	6.578.311	(345.973)	17	(78)	(2.408.759)	4.169.552	3.925.969

Taxas médias de amortização - %	Saldos em 31/12/2015	Custo				Amortização				Residual	
		Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 31/12/2016	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 31/12/2016	31/12/2015	
										Adições	Baixas
(i)	5.437.900	219.025	(1.741)	66.545	5.721.729	(249.759)	16	(2.004.188)	3.717.541	3.683.455	
Contratos de concessão	75.480	8.280	(35)	1.950	85.675	(48.796)	(138)	(58.532)	27.143	26.884	
Softwares de terceiros	2.186	245.210	(429)	(65.677)	181.290	(5)	-	(5)	181.285	2.181	
Outros	5.515.566	472.515	(2.205)	2.818	5.988.694	(258.720)	(122)	(2.062.725)	3.925.969	3.712.320	

(i) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, método que reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas médias de amortização em 31 de dezembro de 2017 foram de 5,60% (4,45% em 31 de dezembro de 2016).

Os itens referentes ao contrato de concessão compreendem a infraestrutura rodoviária, o direito de outorga e outros.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram capitalizados encargos financeiros no montante de R\$18.472 (R\$6.628 em 31 de dezembro de 2016).

## Notas Explicativas

### 13. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“impostos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final em cada data do balanço entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício do relatório e ajustada pelo montante que se espera que seja recuperado.

O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

#### a) Tributos diferidos - consolidado

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporais entre a base fiscal de ativos e passivos e seu valor contábil.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição:

	Balanço patrimonial			Resultado	
	31/12/2016	Adições	Baixas	31/12/2017	31/12/2017
Provisão para contingências	9.454	3.304	(2.804)	9.954	500
Provisão para férias e encargos de diretores	2.977	2.873	(115)	5.735	2.758
Prejuízo fiscal e base negativa (i)	12.545	2.365	(6.061)	8.849	(3.696)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD	63	305	(307)	61	(2)
Provisão para manutenção	95.177	19.102	(18.880)	95.399	222
AVP ônus Concessão	3.326	-	(1.360)	1.966	(1.360)
Juros capitalizados	(2.977)	(5.982)	103	(8.856)	(5.879)
Efeito Lei 12.973/14 - Extinção RTT	(51.771)	-	3.342	(48.429)	3.342
Realização do ágio na incorporação	48.669	-	(9.582)	39.087	(9.582)
<b>IR e CS diferido - ativo (passivo) (ii)</b>	<b>117.463</b>	<b>21.967</b>	<b>(35.664)</b>	<b>103.766</b>	
<b>Receita (despesa) de IR e CS diferido</b>					<b>(13.697)</b>

(i) Refere-se ao prejuízo fiscal das controladas diretas: ECO101 e Ecopistas.

(ii) Em atendimento ao CPC32 item 73, registramos R\$120.533 no ativo não circulante e R\$16.767 no passivo não circulante.

**Notas Explicativas****13. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro – Continuação**

A Administração preparou estudo acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade provável de geração futura de lucros tributáveis, no contexto das principais variáveis de seus negócios, que podem, portanto, sofrer alterações.

Os estudos e projeções da Companhia preveem que a realização dos prejuízos fiscais das investidas seja realizada em até 10 anos. A Administração da Companhia acredita que as premissas utilizadas nos planos de negócios são robustas, factíveis e condizem com o atual cenário econômico.

De acordo com as projeções elaboradas pela Administração da Companhia, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não circulantes serão realizados nos seguintes anos:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
2017	-	33.002
2018	<b>33.276</b>	32.201
2019	<b>32.083</b>	25.868
2020	<b>26.388</b>	25.868
Após 2020	<b>12.019</b>	524
	<b>103.766</b>	117.463

**b) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social**

Foram registrados no resultado dos exercícios os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Lucro do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social	<b>621.187</b>	504.067	<b>986.846</b>	797.338
Alíquota	<b>34%</b>	34%	<b>34%</b>	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota vigente	<b>(211.204)</b>	(171.383)	<b>(335.528)</b>	(271.095)
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:				
Juros sobre capital próprio	<b>3.446</b>	6.885	<b>3.446</b>	6.885
Equivalência patrimonial	<b>212.828</b>	172.843	-	-
Despesas indedutíveis	<b>(24)</b>	(33)	<b>(234)</b>	(453)
Amortização de ágio	<b>(1.526)</b>	(1.526)	<b>(6.500)</b>	(6.500)
Incentivos fiscais (PAT)	<b>22</b>	-	<b>1.574</b>	1.651
Gratificações diretores	<b>(2.071)</b>	(2.656)	<b>(2.721)</b>	(3.690)
Outros	<b>16</b>	(12)	<b>(4.364)</b>	(463)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<b>1.487</b>	4.118	<b>(344.327)</b>	(273.665)
Imposto de renda e contribuição social correntes	<b>(889)</b>	-	<b>(330.630)</b>	(276.219)
Impostos diferidos	<b>2.376</b>	4.118	<b>(13.697)</b>	2.554
Taxa efetiva	n.a.	n.a.	34,9%	34,3%



## Notas Explicativas

### 14. Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Companhia	Vencimento final	Taxa média de juros	31/12/2017	31/12/2016
Em moeda nacional:					
Finem (a)	Ecopistas	Julho de 2025	IPCA + 2,45% a.a.	<b>34.597</b>	33.497
Finem (a)	Ecopistas	Junho de 2025	TJLP + 2,45% a.a.	<b>117.012</b>	148.819
Finame (b)	Ecocataratas	Maio de 2017	TJLP + 3,21% a.a.	-	89
Finame (b)	Ecocataratas	Abril de 2017	TJLP + 2,7% a.a.	-	63
Finame (c)	Ecocataratas	Outubro de 2022	2,5% a.a.	<b>212</b>	256
Finame (c)	Ecocataratas	Julho de 2020	6% a.a.	<b>494</b>	694
Finame (d)	Ecocataratas	Junho de 2018	3% a.a.	<b>27</b>	82
Finem (e)	Ecocataratas	Julho de 2018	TJLP + 2,10% a.a.	<b>3.920</b>	10.509
Finame (f)	Ecosul	Novembro de 2020	6,0% a.a.	<b>148</b>	198
Finem (g)	ECO101	Julho de 2017	UMSELIC+4,87% a.a.	-	55.402
Nota promissória (h)	Ecocataratas	Maio de 2017	CDI + 2,65% a.a.	-	213.631
Financiamento (i)	ECO101	Dezembro de 2019	21,27% a.a.	<b>203</b>	278
Finam (j)	Eco101	Junho de 2032	TJLP + 3,84% a.a.	<b>39.261</b>	-
Finem (k)	ECO101	Dezembro de 2028	TJLP + 3,84% a.a.	<b>178.071</b>	185.271
Finem (k)	ECO101	Junho de 2030	TJLP + 3,84% a.a.	<b>67.761</b>	66.020
Finem (l)	Ecoponte	Junho de 2032	TJLP+3,48% a.a.	<b>49.275</b>	-
Leasing (m)	Ecosul	Março de 2018	25,13% a.a	<b>28</b>	127
				<b>491.009</b>	<b>714.936</b>
Circulante				<b>56.261</b>	320.431
Não circulante				<b>434.748</b>	394.505

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	31/12/2017	31/12/2016
2018	-	49.388
2019	<b>51.254</b>	46.939
2020	<b>52.707</b>	48.025
2021	<b>41.288</b>	38.546
Posteriores a 2021	<b>289.499</b>	211.607
	<b>434.748</b>	<b>394.505</b>

A movimentação do saldo de empréstimos e financiamentos é conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Saldo no início do exercício	-	121.417	<b>714.936</b>	852.353
Adições	-	-	<b>91.301</b>	252.249
Encargos financeiros (vide Nota Explicativa nº 25)	-	18.505	<b>62.386</b>	99.040
Pagamento juros	-	(19.922)	<b>(89.678)</b>	(69.960)
Pagamento de principal	-	(120.000)	<b>(287.936)</b>	(418.746)
Saldo no final do exercício	-	-	<b>491.009</b>	<b>714.936</b>

Descrição dos principais contratos de empréstimos e financiamentos bancários vigentes:

## Notas Explicativas

Referência	Controlada	Instituição financeira	Índices financeiros exigidos	Garantia
(a)	Ecopistas	BNDES	(i) A razão entre o patrimônio líquido e o passivo total deve ser superior a 20%, com base nas informações da emissora; (ii) O índice de cobertura do serviço da dívida deve ser igual ou superior a 1,20 pontos; e (iii) A razão entre a dívida líquida e o "Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA" ajustado deve ser inferior a 4,00 pontos. Em 31 de dezembro de 2017, os índices foram atendidos, conforme demonstrado abaixo.	Cessão dos direitos creditórios dos recebíveis dos pedágios, bem como as receitas acessórias decorrentes da Concessão e todas e quaisquer indenizações a serem recebidas nos termos das garantias e apólices de seguro de lucros cessantes contratadas nos termos do contrato de concessão.
(b)	Ecocataratas	Banco do Brasil	Não exigem manutenção dos índices.	Alienação do bem.
(c)	Ecocataratas	Itaú	Não exigem manutenção dos índices.	Alienação do bem.
(d)	Ecocataratas	Bradesco	Não exigem manutenção dos índices.	Alienação do bem.
(e)	Ecocataratas	BNDES	Não exigem manutenção dos índices.	Carta-fiança.
(f)	Ecosul	Itaú	Não exigem manutenção dos índices.	Alienação do bem.
(g)	Eco101	BNDES	Não exigem manutenção dos índices.	Aval da Ecorodovias Infraestrutura e Logística
(h)	Ecocataratas	Bradesco	Não exigem manutenção dos índices	Sem garantia
(i)	Eco101	Banco Volkswagen	Não exigem manutenção dos índices	Sem garantia
(j)	Eco101	BNDES	Não exigem manutenção dos índices	Cessão de direitos creditórios
(k)	Eco101	BNDES	Não exigem manutenção dos índices	Sem garantia
(l)	Ecoponte	BNDES	(i) Razão entre o patrimônio líquido ajustado e o passivo total deve ser superior a 20%; (ii) o índice de cobertura do serviço da dívida deve ser igual ou superior a 1,30 pontos; e (iii) a razão entre a dívida líquida e o EBITDA ajustado deve ser inferior ou igual a 4,00 pontos.	Penhor de ações da EcoRodovias. Cessão fiduciária dos direitos creditórios de que a Ecoponte é titular, decorrentes do contrato de concessão, os direitos emergentes da concessão decorrentes da concessão inclusive os relativos a eventuais indenizações. Fiança pela EcoRodovias.
(m)	Ecosul	Leasing	Não exigem manutenção dos índices.	Alienação do bem.

A Companhia apresenta, a seguir, o demonstrativo dos cálculos dos índices financeiros:

(a) Índices financeiros Ecopistas BNDES	Exigido	Medido (*)
(i) PL/passivo total	> 20%	33,92
(ii) Cobertura da dívida	≥ 1,20	1,21
(iii) Dívida líquida/EBTIDA ajustado	< 4,00	3,78
Índices financeiros Ecoponte (l)	Exigido	Medido (*)
(i) PL/passivo total	> 20%	54,8
(ii) Cobertura da dívida	> 1,30	n.m. (**)
(iii) Dívida líquida/EBTIDA ajustado	< 4,00	0,11

(\*) Índice não auditado pelos auditores independentes.

(\*\*) ICSD não apurado, conforme cláusula 6ª, c) - Será calculado após um ano do início da amortização (Janeiro de 2019).

Os subcréditos e liberações efetuadas na controlada indireta Eco101 são como segue:

**Notas Explicativas**

Subcrédito	Total	Liberado	Amortização	Parcelas
A	188.473	188.473	(12.776)	150 parcelas
B1	66.237	66.237	-	150 parcelas
B2	52.483	28.514	-	150 parcelas
B3	117.799	11.137	-	150 parcelas
B4	28.388	-	-	150 parcelas
B5	22.493	-	-	150 parcelas
B6	50.485	-	-	150 parcelas
C1	54.165	-	-	150 parcelas
C2	28.231	-	-	150 parcelas
C3	99.159	-	-	150 parcelas
C4	50.671	-	-	150 parcelas
C5	26.409	-	-	150 parcelas
C6	92.762	-	-	150 parcelas
C-SOCIAL	4.389	-	-	150 parcelas
Total	882.144	294.361	(12.776)	

  

Subcrédito	Total	Liberado	Amortização	Parcelas
C	50.878	50.878	(50.878)	única
Total	50.878	50.878	(50.878)	

Os subcréditos e liberações efetuadas na controlada indireta Ecopistas são como segue:

Subcrédito	Total	Liberado	Amortização	Parcelas
a	99.200	99.200	(62.653)	114 mensais
b	85.528	85.528	(47.216)	114 mensais
c	-	-	-	0
d	27.999	27.999	(11.789)	114 mensais
e	21.769	21.769	(5.442)	10 anuais
f	21.769	-	-	10 anuais
g	21.769	-	-	10 anuais
h	22.218	-	-	114 mensais
i	4.848	-	-	10 anuais
j	11.281	11.281	(2.375)	114 mensais
k	29.846	22.438	(4.723)	114 mensais
l	9.169	9.169	(1.834)	10 anuais
Total	355.396	277.384	(136.032)	

Os subcréditos e liberações efetuadas na controlada indireta Ecoponte são como segue:

## Notas Explicativas

Subcrédito	Total	Liberado	Amortização	Parcelas
a	107.466	51.719	-	177 mensais
b	177.920	-	-	157 mensais
c	118.915	-	-	163 mensais
d	10.625	-	-	177 mensais
e	2.074	-	-	157 mensais
<b>Total</b>	<b>417.000</b>	<b>51.719</b>	<b>-</b>	

A Companhia possui um plano econômico para quitação das dívidas de curto prazo através da captação de novas debêntures e a utilização de recursos próprios para pagamento de parcelas de amortização que vencem em 2017. A Administração está confiante que seu plano econômico será implementado no exercício de 2017 e entende que não haverá quebra ou *default* dos contratos vigentes.

## 15. Debêntures

A posição das debêntures está resumida a seguir:

Descrição	Vencimento	Taxa média de juros	Controladora		Consolidado	
			31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
2ª Emissão - Ecovias dos Imigrantes	04/2024	IPCA+3,8% a.a./IPCA+4,28% a.a.	-	-	<b>1.194.291</b>	1.158.134
1ª Emissão - Ecopistas	01/2023	IPCA+8,25% a.a.	-	-	<b>447.317</b>	476.838
1ª Emissão - Ecovia Caminho do Mar	05/2019	106,5% CDI	-	-	<b>151.294</b>	161.998
1ª Emissão - Ecocataratas	05/2019	106,5% CDI	-	-	<b>195.228</b>	-
1ª Emissão - Ecosul	05/2020	107,0% CDI	-	-	<b>156.626</b>	167.661
2ª Emissão - Ecosul	06/2018	107,5% do CDI a.a.	-	-	<b>50.073</b>	-
3ª Emissão - Ecosul	06/2020	107,0% do CDI a.a.	-	-	<b>52.443</b>	-
1ª Emissão - Eco101	12/2018	CDI + 1,80% a.a.	-	-	<b>24.847</b>	-
3ª Emissão - Ecorodovias Concessões	02/2018	114% do CDI a.a.	<b>216.840</b>	218.554	<b>216.840</b>	218.554
5ª Emissão - Ecorodovias Concessões	12/2018	109,0% do CDI a.a.	<b>104.574</b>	-	<b>104.574</b>	-
6ª Emissão - Ecorodovias Concessões	11/2022	106,00% e 110,25% do CDI	<b>1.070.399</b>	-	<b>1.070.399</b>	-
6ª Emissão - Ecorodovias Concessões	11/2024	IPCA+6,0% a.a.	<b>30.038</b>	-	<b>30.038</b>	-
4ª Emissão - Ecorodovias Concessões	04/2025	105,5% do CDI a.a.	<b>319.955</b>	-	-	-
2ª Emissão - Ecorodovias Concessões	10/2018	CDI+0,79% a.a.	<b>80.850</b>	163.239	<b>80.850</b>	163.239
2ª Emissão - Ecorodovias Concessões	10/2022	IPCA+5,0% a.a./IPCA+5,35% a.a.	<b>778.926</b>	755.359	<b>778.926</b>	755.359
1ª Emissão - Ecorodovias Concessões	04/2020	CDI+1,18% a.a./CDI+1,42% a.a.	<b>608.943</b>	615.422	<b>608.943</b>	615.422
			<b>3.210.525</b>	1.752.574	<b>5.162.689</b>	3.717.205
Circulante			<b>763.320</b>	110.102	<b>942.137</b>	530.486
Não circulante			<b>2.447.205</b>	1.642.472	<b>4.220.552</b>	3.186.719

## Notas Explicativas

A movimentação do saldo de debêntures é conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Saldo no início do exercício	<b>1.752.574</b>	951.582	<b>3.717.205</b>	2.845.900
Cessão de dívida	-	625.782	-	639.107
Adições	<b>1.496.869</b>	214.752	<b>1.503.341</b>	214.739
Encargos financeiros (Vide Nota explicativa 25)	<b>192.087</b>	160.330	<b>364.437</b>	397.798
Pagamento juros	<b>(151.013)</b>	(119.881)	<b>(312.009)</b>	(281.191)
Pagamento de principal	<b>(79.992)</b>	(79.991)	<b>(110.285)</b>	(99.148)
Saldo no final do exercício	<b>3.210.525</b>	1.752.574	<b>5.162.689</b>	3.717.205

### Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.

Em 15 de abril de 2013, foi realizada a 2ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, no valor nominal total de R\$881 milhões atualizado monetariamente pela variação do IPCA e acrescidos de juros remuneratórios, sendo:

- (i) 1ª série - R\$200 milhões, com juros remuneratórios de 3,80% a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de abril, o primeiro pagamento foi em 15 de abril de 2014 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de abril de 2020, amortização paga em duas parcelas anuais e sucessivos, no dia 15 de abril nos anos de 2019 e 2020;
- (ii) 2ª série - R\$681 milhões, com juros remuneratórios de 4,28% a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de abril, o primeiro foi pago em 15 de abril de 2014 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de abril de 2024, amortização paga em três parcelas anuais e sucessivos, no dia 15 de abril nos anos de 2022, 2023 e 2024.

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza, e não é objeto de repactuação programada.

A Emissora vem cumprindo, regularmente e dentro do prazo a todas as obrigações previstas na Escritura de emissão.

### Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

#### 1ª Emissão

Em 15 de janeiro de 2011, foi realizada a 1ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real representada por penhor de ações e cessão fiduciária de direitos creditórios em quatro séries, no valor nominal total de R\$370 milhões, atualizado monetariamente pela variação do IPCA e acrescidos de juros remuneratórios, sendo:

- (i) 1ª série - R\$92.500 mil, com juros remuneratórios de 8,25% a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de janeiro, o primeiro pagamento foi em 15 de janeiro de 2013 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de janeiro de 2023, amortização paga em onze parcelas anuais e sucessivos, no dia 15 de janeiro nos anos de 2013 a 2023;

## Notas Explicativas

- (ii) 2ª série - R\$92.500 mil, com juros remuneratórios de 8,25% a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de abril, o primeiro pagamento foi em 15 de abril de 2012 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de abril de 2022, amortização paga em onze parcelas anuais e sucessivos, no dia 15 de abril nos anos de 2012 a 2022;
- (iii) 3ª série - R\$92.500 mil, com juros remuneratórios de 8,25% a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de julho, o primeiro pagamento foi em 15 de julho de 2012 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de julho de 2022, amortização paga em onze parcelas anuais e sucessivos, no dia 15 de julho nos anos de 2012 a 2022; e
- (iv) 4ª série - R\$92.500 mil, com juros remuneratórios de 8,25% a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de outubro, o primeiro pagamento foi em 15 de outubro de 2012 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de outubro de 2022, amortização paga em onze parcelas anuais e sucessivos, no dia 15 de outubro nos anos de 2012 a 2022;

A emissão conta com garantia real representada por penhor de 100% das ações e cessão fiduciária de 100% dos direitos creditórios, compartilhadas com BNDES.

A Emissora vem cumprindo, regularmente e dentro do prazo a todas as obrigações previstas na Escritura de emissão.

### **2ª Emissão**

Em 12 de julho de 2017, foi realizada a 2ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirográfica, em cinco séries, no montante total de R\$300 mil, para colocação privada, sendo que a controladora direta Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., adquiriu a totalidade das debêntures e a liquidação das séries acontecerá de acordo com a necessidade de caixa da Companhia. A taxa de remuneração das debêntures será: 1ª série: 105,0% do CDI; 2ª, 3ª, 4ª e 5ª séries: 105,5% do CDI. Os pagamentos de principal e juros serão realizados integralmente na data de seus vencimentos, sendo: 1ª série 14 de julho de 2025; 2ª série: 14 de outubro de 2025; 3ª série: 14 de janeiro de 2026; 4ª série 14 de abril de 2026; e 5ª série 14 de julho de 2026. As liquidações financeiras ocorreram da seguinte forma:

- Em 14 de julho de 2017, foram liquidados R\$100 mil referentes a primeira série e não são exigidos cumprimento de índices financeiros.
- Em 14 de dezembro de 2017, foram liquidados R\$70 mil referentes a segunda série, R\$40 mil referentes a terceira série e R\$40 mil referentes a quarta série e não são exigidos cumprimento de índices financeiros.

A emissão não conta com garantia de qualquer natureza.

A Emissora vem cumprindo, regularmente e dentro do prazo a todas as obrigações previstas na Escritura de emissão.

## Notas Explicativas

### **Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.**

Em 04 de novembro de 2014, foi realizada a 1ª emissão de debêntures simples, nominativas, escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única, no valor nominal total de R\$143 milhões, sem atualização monetariamente. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidirão juros remuneratórios de: (i) da data da emissão a 04 de março de 2016 105,7% do CDI - quitado (ii) de 04 de março de 2016 a 15 de maio de 2017 115,0% do CDI, quitado (iii) de 15 de maio de 2017 a 15 de maio de 2019 106,5% do CDI, e amortização em parcela única na data de vencimento 15 de maio de 2019.

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

A Emissora vem cumprindo, regularmente e dentro do prazo a todas as obrigações previstas na Escritura de emissão.

### **Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. – Ecosul**

#### **1ª Emissão**

Em 17 de novembro de 2014, foi realizada a 1ª emissão de debêntures simples, nominativas, escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única, no valor nominal total de R\$148 milhões, sem atualização monetariamente. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidirão juros remuneratórios de: (i) da data da emissão a 04/03/16 105,7% do CDI over -quitado (ii) de 04 de março de 2016 a 15 de maio de 2017 115,0% do CDI over, quitado (iii) de 15 de maio de 2017 a 15 de maio de 2020 107% do CDI over, e amortização em parcela única na data de vencimento 15 de maio de 2020.

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

A Emissora vem cumprindo, regularmente e dentro do prazo a todas as obrigações previstas na Escritura de emissão.

#### **2ª Emissão**

Em 17 de janeiro de 2017, foi realizada a 2ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única, no valor nominal total de R\$50 milhões, sem atualização monetariamente. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidirão juros remuneratórios de 107,5% do CDI over, pagos semestralmente a partir da data de emissão sempre no dia 17 dos meses de junho e dezembro, o primeiro pagamento foi efetuado em 17 de junho de 2017 e o último na data de vencimento junto com a amortização em 17 de junho de 2018.

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

A Emissora vem cumprindo, regularmente e dentro do prazo a todas as obrigações previstas na Escritura de emissão.

#### **3ª Emissão**

Em 02 de junho de 2017, foi realizada a 3ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única, no valor nominal total de R\$50 milhões, sem atualização monetariamente. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidirão

## Notas Explicativas

juros remuneratórios de 107% do CDI over. O juros e amortização serão pagos em parcela única na data de vencimento 02 de junho de 2020.

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

A Emissora vem cumprindo, regularmente e dentro do prazo a todas as obrigações previstas na Escritura de emissão.

### **Rodovias das Cataratas S.A. - Ecocataratas**

Em 17 de maio de 2017, foi realizada a 1ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única, no valor nominal total de R\$185 milhões, sem atualização monetariamente. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidirão juros remuneratórios de 106,50% do CDI over. O juros e amortização serão pagos em parcela única na data de vencimento 17 de maio de 2019.

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

A Emissora vem cumprindo, regularmente e dentro do prazo a todas as obrigações previstas na Escritura de emissão.

### **Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.**

Em 29 de junho de 2017, foi realizada a 1ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, no valor nominal total de R\$25 milhões, sem atualização monetariamente. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidirão juros remuneratórios de 100% do CDI over acrescido de 1,80% aa, pagos semestralmente sempre no dia 29 dos meses de junho e dezembro sendo o primeiro pagamento em 29 de dezembro de 2017 e o último na data de vencimento junto com a amortização em 29 de dezembro de 2018.

A emissão conta com garantia real e adicional fidejussória na forma de fiança da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., e não é objeto de repactuação programada.

A Emissora vem cumprindo, regularmente e dentro do prazo a todas as obrigações previstas na Escritura de emissão.

### **Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.**

#### **1ª Emissão (EcoRodovias Infraestrutura – Cessão de dívida)**

Em 24 de abril de 2015, foi realizada a 1ª emissão de debêntures não conversíveis em ações da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória em duas séries, no valor nominal total de R\$600 milhões.

Em 10 de agosto de 2016, foi firmado o 2º aditamento da Escritura onde a Emissora (EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.) cedeu à Fiadora (Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.) a totalidade dos direitos e obrigações por ela adquiridos e assumidos nos documentos relativos as Debêntures, mediante a substituição da posição contratual da Emissora pela Fiadora e assunção da Dívida representada pelas Debêntures pela Fiadora (“cessão”). Em virtude da Cessão a Fiadora passou a ser



## Notas Explicativas

a nova emissora das Debêntures, sendo certo, portanto, que a Emissão (após a Cessão) não contou mais com garantia fidejussória da Fiadora ou terceiros.

- (i) 1ª série R\$232 milhões, sem atualização monetária, sobre o valor nominal unitário das debêntures incidirão juros remuneratórios de 100% do CDI over acrescido de 1,18% aa pagos semestralmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 dos meses de abril e outubro, o primeiro pagamento foi em 15 de outubro de 2015 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de abril de 2018, amortização paga em uma parcela, no dia 15 de abril de 2018;
- (ii) 2ª série R\$368 milhões, sem atualização monetária, sobre o valor nominal unitário das debêntures incidirão juros remuneratórios de 100% do CDI over acrescido de 1,42% aa pagos semestralmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 dos meses de abril e outubro, o primeiro pagamento foi em 15 de outubro de 2015 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de abril de 2020, amortização paga em duas parcelas, no dia 15 de abril nos anos de 2019 e 2020;

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

A Emissora vem cumprindo, regularmente e dentro do prazo a todas as obrigações previstas na Escritura de emissão.

### **2ª Emissão**

Em 15 de outubro de 2012, foi realizada a 2ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em três séries, no valor nominal total de R\$800 milhões, sendo:

- (i) 1ª série R\$240 milhões, sem atualização monetária, sobre o valor nominal unitário das debêntures incidirão juros remuneratórios de 100% do CDI over acrescido de 0,79% aa pagos semestralmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de abril e outubro, o primeiro pagamento foi em 15 de abril de 2013 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de outubro de 2018, amortização paga em três parcelas anuais, no dia 15 de outubro nos anos de 2016 a 2018;
- (ii) 2ª série R\$160 milhões, atualizados monetariamente pela variação do IPCA e acrescidos de juros remuneratórios, incidente sobre o valor corrigido, de 5,0% aa pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de outubro, o primeiro pagamento foi em 15 de outubro de 2013 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de outubro de 2019, amortização paga em duas parcelas anuais e sucessivas, no dia 15 de outubro nos anos de 2018 e 2019;
- (iii) 3ª série R\$400 milhões, atualizados monetariamente pela variação do IPCA e acrescidos de juros remuneratórios, incidente sobre o valor corrigido, de 5,35% aa pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de outubro, o primeiro pagamento foi em 15 de outubro de 2013 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de outubro de 2022, amortização paga em três parcelas anuais e sucessivas, no dia 15 de outubro nos anos de 2020 a 2022.

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

## Notas Explicativas

A Emissora vem cumprindo, regularmente e dentro do prazo a todas as obrigações previstas na Escritura de emissão.

### **3ª Emissão**

Em 18 de novembro de 2016, foi realizada a 3ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única, no valor nominal total de R\$215 milhões, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidirão juros remuneratórios de 114,0% do CDI over, pagos em duas parcelas semestrais e uma parcela trimestral, o primeiro pagamento foi em 18 de maio de 2017 e o último na data de vencimento junto com a amortização em 19 de fevereiro de 2018.

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

A Emissora vem cumprindo, regularmente e dentro do prazo a todas as obrigações previstas na Escritura de emissão.

### **4ª Emissão**

Em 12 de abril de 2017, foi realizada a 4ª emissão de debêntures não conversíveis em ações da espécie quirografária, para colocação PRIVADA em série única, no valor nominal total de R\$300 milhões, sem atualização monetariamente. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidirão juros remuneratórios de 105,5% do CDI over. O juros e amortização serão pagos em parcela única na data de vencimento 12 de abril de 2025.

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

A Emissora vem cumprindo, regularmente e dentro do prazo a todas as obrigações previstas na Escritura de emissão.

### **5ª Emissão**

Em 22 de junho de 2017, foi realizada a 5ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única, no valor nominal total de R\$100 milhões, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidirão juros remuneratórios de 109,0% do CDI over. O juros e amortização serão pagos em parcela única na data de vencimento 22 de dezembro de 2018.

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

A Emissora vem cumprindo, regularmente e dentro do prazo a todas as obrigações previstas na Escritura de emissão.

### **6ª Emissão**

Em 14 de dezembro de 2017, foi realizada a 6ª emissão de debêntures simples, nominativa, escritural, sem emissão de cautela, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em três séries, no valor nominal total de R\$1.100 bilhões, sendo:

**Notas Explicativas**

- (i) 1ª série R\$319.550 milhões, sem atualização monetária, sobre o valor nominal unitário das debêntures incidirão juros remuneratórios de 106,0% do CDI aa pagos semestralmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de maio e novembro, o primeiro pagamento será em 15 de maio de 2018 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de novembro de 2020, amortização paga em parcela única na data do vencimento;
- (ii) 2ª série R\$750.450 milhões, sem atualização monetária, sobre o valor nominal unitário das debêntures incidirão juros remuneratórios de 110,25% do CDI aa pagos semestralmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de maio e novembro, o primeiro pagamento será em 15 de maio de 2018 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de novembro de 2022, amortização paga em duas parcelas anuais, em 15 de novembro de 2021 e 15 de novembro de 2022;
- (iii) 3ª série R\$30.000 milhões, atualizados monetariamente pela variação do IPCA e acrescidos de juros remuneratórios, incidente sobre o valor corrigido, de 6,0% aa pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de novembro, o primeiro pagamento será em 15 de outubro de 2018 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de outubro de 2024, amortização paga em duas parcelas anuais e sucessivas, no dia 15 de outubro nos anos de 2023 e 2024;

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

A Emissora vem cumprindo, regularmente e dentro do prazo a todas as obrigações previstas na Escritura de emissão.

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

	<b>Controladora</b>					
	<b>31/12/2017</b>			<b>31/12/2016</b>		
	<b>Parcela</b>	<b>Custo</b>	<b>Total</b>	<b>Parcela</b>	<b>Custo</b>	<b>Total</b>
2018	-	-	-	634.958	(3.330)	631.628
2019	295.015	(2.724)	292.291	291.942	(2.040)	289.902
2020	688.562	(2.111)	686.451	363.890	(1.443)	362.447
2021	560.237	(1.425)	558.812	179.889	(958)	178.931
2022 em diante	910.276	(625)	909.651	179.929	(365)	179.564
	<b>2.454.090</b>	<b>(6.885)</b>	<b>2.447.205</b>	1.650.608	(8.136)	1.642.472

  

	<b>Consolidado</b>					
	<b>31/12/2017</b>			<b>31/12/2016</b>		
	<b>Parcela</b>	<b>Custo</b>	<b>Total</b>	<b>Parcela</b>	<b>Custo</b>	<b>Total</b>
2018	-	-	-	688.152	(8.106)	680.046
2019	847.249	(7.652)	839.597	491.639	(6.061)	485.578
2020	1.122.409	(6.138)	1.116.271	582.307	(4.981)	577.326
2021	678.645	(5.231)	673.414	295.016	(4.415)	290.601
2022 em diante	1.595.589	(4.319)	1.591.270	1.157.366	(4.198)	1.153.168
	<b>4.243.892</b>	<b>(23.340)</b>	<b>4.220.552</b>	3.214.480	(27.761)	3.186.719

## Notas Explicativas

A companhia possui contratos com Cláusulas (“covenants”) atreladas a índices financeiros, conforme quadro a seguir:

Empresa	Emissão	Descrição da cláusula	Índice requerido	Atingido
Ecocataratas	1ª	Dívida líquida/Ebitda ajustado	< 3,5x	0,69x
Ecovias	2ª	Dívida líquida/Ebitda ajustado	< 3,5x	1,35x
		Ebitda ajustado/Despesa financeira líquida	>2,0x	13,15x
Ecopistas	1ª	Patrimônio líquido/Passivo total	>20%	33,95%
		ICSD - Índice de cobertura serviço da dívida	≥1,20x	1,21x
		Dívida líquida/Ebitda ajustado	< 4x	3,78x
Ecosul	1ª	Dívida líquida/Ebitda ajustado	< 3,5x	1,19x
	2ª	Dívida líquida/Ebitda ajustado	< 3,0x	1,19x
	3ª	Dívida líquida/Ebitda ajustado	< 3,5x	1,19x
Ecorodovias Concessões	1ª	Dívida líquida/Ebitda	≤ 3,75x	2,24x
	2ª	Dívida líquida/Ebitda	<3,5x	2,40x
		Ebitda ajustado/Despesa financeira líquida	> 2,0x	5,56x
	3ª	Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤ 3,75x	2,24x
		Ebitda /Despesa financeira líquida	≥2,0x	5,96x
	4ª	Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤ 3,75x	2,24x
	Ebitda /Despesa financeira líquida	≥2,5x	5,96x	
5ª	Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤ 3,5x	2,24x	
	Ebitda /Despesa financeira líquida	≥2,0x	5,96x	
6ª	Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤ 3,75x	2,24x	
	Ebitda /Despesa financeira líquida	≥2,0x	5,96x	
Ecovia	1ª	Dívida líquida/Ebitda ajustado	< 3,5x	0,47x

**Notas Explicativas**

A Taxa Interna de Retorno (TIR) das transações está demonstrada a seguir:

<b>Emissora</b>	<b>Série</b>	<b>Data</b>	<b>Valor nominal</b>	<b>Taxa de juros</b>	<b>TIR</b>
	Debêntures - 1ª série	15/10/2012	240.000	CDI + 0,79%	11,57%
	Debêntures - 2ª série	15/10/2012	160.000	5,00%+ IPCA	11,17%
	Debêntures - 3ª série	15/10/2012	400.000	5,35%+ IPCA	10,79%
	Debêntures - 1ª série	24/05/2015	232.000	CDI + 1,18% a.a.	11,52%
	Debêntures - 2ª série	24/05/2015	368.000	CDI + 1,42% a.a.	13,43%
Ecorodovias Concessões e Serviços	Debêntures - Série única	18/11/2016	215.000	114,0% CDI	12,19%
	Debêntures - Série única	12/04/2017	300.000	105,5% CDI	7,44%
	Debêntures - Série única	22/06/2017	100.000	109,0% CDI	8,06%
	Debêntures - 1ª série	14/12/2017	319.550	106,0% CDI	7,26%
	Debêntures - 2ª série	14/12/2017	750.450	110,25% CDI	7,57%
	Debêntures - 3ª série	14/12/2017	30.000	IPCA + 6,0%	8,99%
Ecovias dos Imigrantes	Debêntures - 1ª série	15/04/2013	200.000	IPCA + 3,80% a.a.	9,48%
	Debêntures - 2ª série	15/04/2013	681.000	IPCA + 4,28% a.a.	9,14%
	Debêntures - 1ª série	15/01/2011	92.500	IPCA + 8,25%	14,42%
	Debêntures - 2ª série	15/01/2011	92.500	IPCA + 8,25%	14,61%
Ecopistas	Debêntures - 3ª série	15/01/2011	92.500	IPCA + 8,25%	14,54%
	Debêntures - 4ª série	15/01/2011	92.500	IPCA + 8,25%	14,44%
	Debêntures Privada - 1ª série	14/07/2017	100.000	105,0% CDI	7,28%
	Debêntures Privada - 2ª série	14/12/2017	70.000	105,5% CDI	7,25%
	Debêntures Privada - 3ª série	14/12/2017	40.000	105,5% CDI	7,25%
	Debêntures Privada - 4ª série	14/12/2017	40.000	105,5% CDI	7,25%
Eco101	Série única	30/06/2017	25.000	CDI + 1,80% a.a.	9,23%
Ecocataratas	Série única	17/05/2017	185.000	106,5% CDI	7,92%
Ecosul	Série única	17/11/2014	148.000	107,0% CDI	11,31%
Ecosul	Série única	17/01/2017	50.000	107,5% CDI	9,55%
Ecosul	Série única	02/06/2017	50.000	107,0% CDI	7,68%
Ecovia	Série única	04/11/2014	143.000	106,5% CDI	12,05%
			5.217.000		

## Notas Explicativas

### 16. Partes relacionadas

A Companhia e suas controladas contratam serviços de seus acionistas ou de empresas a eles relacionadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário e serviços administrativos e financeiros.

A Companhia está inserida no Grupo EcoRodovias tendo como controladora direta a EcoRodovias Infraestrutura e Logística, uma sociedade por ações, listada na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, sendo as ações da Companhia negociadas sob a sigla "ECOR3".

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, compete ao Conselho de Administração aprovar a celebração de contratos entre a Companhia e qualquer um de seus acionistas ou controladores de seus acionistas ou empresas que sejam controladas ou coligadas dos acionistas da Companhia ou de seus acionistas controladores, sendo facultado a qualquer membro do Conselho de Administração solicitar, previamente e em tempo hábil, a elaboração de uma avaliação independente realizada por empresa especializada que revisará os termos e condições da proposta de contratação e analisará sua adequação às condições e práticas de mercado (*arm's lenght basis*).

Os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

## Notas Explicativas

Controladora	Ativo		Passivo		Resultado	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Receita	Juros de mútuo	Custos e Despesas
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. (b)	1.569	-	-	19.790	-	-
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (b)	5.831	-	-	76.183	-	-
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (g)	-	-	58	-	-	-
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (h)	-	-	-	-	-	285
Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte (b)	384	-	-	4.905	-	-
Concessionária Rodovia Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas (b)	2.242	-	-	28.654	-	-
Concessionária Rodovia Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas (a)	-	133.627	-	-	13.635	-
Concessionária Rodovia Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas (u)	-	254.270	-	4.272	-	-
Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. (b)	5.687	-	-	6.060	-	-
Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. (g)	70	-	-	-	-	-
Ecopátio. Cubatão Ltda. (b)	132	-	-	735	-	-
Ecopátio. Cubatão Ltda. (v)	23	-	2	-	-	-
Ecoporto Santos S.A. (b)	57	-	-	1.237	-	-
Ecoporto Santos S.A. (v)	-	-	1	-	-	-
EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. (c)	326.441	-	-	-	40.877	-
EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. (g)	-	-	1.272	-	-	-
EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. (n)	88.225	640.347	-	67.548	-	-
EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. (r)	-	84.077	-	4.077	-	-
Elog S.A. (b)	253	-	-	2.991	-	-
Elog S.A. (v)	16	-	-	-	-	-
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. Ecosul (b)	1.494	-	-	18.233	-	-
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. Ecosul (g)	-	-	47	-	-	-
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. Ecosul (f)	-	-	-	281	-	281
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. Ecosul (s)	-	-	-	-	12	-
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas (b)	3.887	-	-	23.699	-	-
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas (l)	-	-	-	625	-	625
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas (g)	-	-	-	-	-	-
Termares Terminais Marítimos Ltda. (b)	-	-	156	-	-	-
Itinera Construções LTDA. (b)	111	-	-	2.453	-	-
	1	-	-	15	-	-
<b>Total em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>436.423</b>	<b>1.112.321</b>	<b>1.536</b>	<b>261.758</b>	<b>54.524</b>	<b>1.191</b>
Total em 31 de dezembro de 2016	145.515	1.013.392	2.384	-	180.322	52.194
						1.111

## Notas Explicativas

Consolidado	Natureza	Ativo		Passivo		Resultado		
		Circulante Clientes	Não circulante Intangível	Circulante	Receita	Juros de mútuo	Juros de Cessão de Dívida	Custos e Despesas
CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. (e)	Outras partes relacionadas	-	58.991	3.295	-	-	-	-
Contek Engenharia S.A. (o)	Outras partes relacionadas	-	9.197	1.658	-	-	-	-
CR Almeida S.A. Engenharia de Obras (p)	Outras partes relacionadas	-	143.551	2.580	-	-	-	-
Ecopáteo Cubatão Logística Ltda. (b)	Outras partes relacionadas	147	-	-	735	-	-	-
Ecopáteo Cubatão Logística Ltda. (v)	Outras partes relacionadas	16	-	1	-	-	-	-
Ecoporto Santos S.A. (b)	Outras partes relacionadas	57	-	1	1.237	-	-	-
Consórcio Baixada Santista (w)	Outras partes relacionadas	-	25.274	-	-	-	-	-
EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. (c)	Controladora direta	326.441	-	-	-	40.877	67.548	-
EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. (n)	Controladora direta	88.225	640.347	-	-	-	-	-
EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. (r)	Controladora direta	-	84.077	-	4.077	-	-	609
EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. (g)	Controladora direta	-	-	1.323	-	-	-	-
Elbg S.A. (b)	Outras partes relacionadas	276	-	-	2.991	-	-	-
IncoSpal Construções Pré-fabricadas Ltda. (m)	Outras partes relacionadas	-	-	156	-	-	-	-
SBS Engenharia e Construções S.A. (d)	Outras partes relacionadas	-	29.368	3.469	-	-	-	-
SBS Engenharia e Construções S.A. (f)	Outras partes relacionadas	-	-	-	-	-	-	68
A.Madeira Ind. Com. Ltda. (q)	Outras partes relacionadas	-	9.906	1.637	-	-	-	-
Vix Logística S.A. (k)	Outras partes relacionadas	-	-	438	-	-	-	6.011
Unimar Transportes Ltda. (j)	Outras partes relacionadas	-	-	402	-	-	-	5.602
TB Transportadora Betumes Ltda. (e)	Outras partes relacionadas	-	7.286	329	-	-	-	-
Termares Terminais Marítimos Ltda. (b)	Outras partes relacionadas	112	-	-	2.453	-	-	-
Itinera Construções LTDA.(t)	Outras partes relacionadas	1	-	-	-	-	-	-
Engenharia e Construções Araribóia (l)	Outras partes relacionadas	-	7.103	1.629	-	-	-	-
<b>Total em 31 de dezembro de 2017</b>		<b>415.275</b>	<b>1.015.100</b>	<b>16.918</b>	<b>11.493</b>	<b>40.877</b>	<b>67.548</b>	<b>12.290</b>
Total em 31 de dezembro de 2016		101.510	1.062.504	13.144	52.134	35.756	-	12.502



## Notas Explicativas

As operações com partes relacionadas estão apresentadas a seguir:

- (a) O valor de R\$133.627 (R\$122.038 em 31 de dezembro de 2016) refere-se a contrato de mútuo com a Ecopistas. O mútuo será corrigido a partir da data de seu desembolso até a data de seu efetivo pagamento, com base na variação de 100% do CDI + 1,20% a.a. com vencimento até 31 de março de 2025.
- (b) A Companhia presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. O valor anual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços é de aproximadamente R\$357.700, com vigência de 12 meses, vigorando de janeiro a dezembro de cada ano. O saldo em aberto das faturas de serviços em 31 de dezembro de 2017 é de R\$21.648 (R\$62.807 em 31 de dezembro de 2016).
- (c) O valor de R\$326.441 (R\$285.435 em 31 de dezembro de 2016) refere-se a contrato de mútuo com a EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. O mútuo será corrigido através de juros fixo de 13,64% a.a. com vencimento até 12 de junho de 2018.
- (d) A SBS Engenharia e Construções Ltda. possui participação acionária de 10% na Controlada Ecosul e presta serviços de usinagem e fornecimento de materiais para obras de tapa-buraco no sistema rodoviário na Ecosul e prestação de serviço de construção civil de pavimentação no polo rodoviário de Pelotas. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a Ecosul e a SBS Engenharia e Construções Ltda. é de R\$126.399. O prazo para execução desses serviços é março de 2018 e em 31 de dezembro de 2017 o saldo já foi realizado. Os saldos em aberto a pagar de R\$3.469 (sobre os serviços realizados) têm vencimento em 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros, e não foram concedidas garantias aos credores.
- (e) A CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda., pertence aos acionistas da C.R. Almeida Engenharia e Obras S.A., controladora da Companhia, prestam serviços no fornecimento e transporte de material asfáltico à: Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A., Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas, Rodovias das Cataratas S.A. - Ecocataratas, ECO101 Concessionária de Rodovias S.A, Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. e Concessionária de Rodovias do Sul - Ecosul. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre as Companhias e a CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda. é de R\$313.642, incluindo o aditivo contratual. O prazo para execução desses será até junho de 2018 e em 31 de dezembro de 2017, há um saldo de serviços a realizar de R\$155.632. Os saldos em aberto a pagar R\$3.624 (sobre os serviços já realizados) têm vencimento em 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.
- (f) A Companhia celebrou em 27 de julho de 2011 contrato de permissão especial de uso oneroso de faixa de domínio com a controlada Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul e celebrou em 14 de dezembro de 2012 contrato de locação de fibra óptica com permissão de uso de duto com a mesma controlada.
- (g) A Companhia celebrou contrato de compartilhamento de custos e despesas administrativas com suas controladas Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul, Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. e Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas, Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. e sua controladora direta Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A., com o objetivo de ratear os custos e as despesas comuns à Companhia e às suas controladas na realização de atividades administrativas compartilhadas. O prazo do contrato vigorou de 1º de junho de 2012 a 31 de dezembro de 2017.
- (h) A Companhia celebrou contrato de locação de seu prédio administrativo localizado na Rodovia dos Imigrantes km 28,5 com sua controlada direta Ecovias dos Imigrantes. O valor mensal da locação é de R\$24 (R\$22 em 31 de dezembro de 2016).
- (i) A Companhia e sua controlada Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas assinaram Contrato de Permissão de uso de faixa de domínio em que a Rodovia das Cataratas cede para a Companhia o direito de exploração de sua faixa de domínio, em contrapartida foi celebrado um contrato de Locação de Fibra óptica (Ecocataratas loca da Ecorodovias) pelo mesmo valor da permissão de uso. Em 31 de dezembro de 2017, esse valor atualizado é de R\$53 por mês.
- (j) A Unimar Transportes Ltda. é parte relacionada da Centaurus Participações, que possui 27,5% de participação no capital social da Eco101. O objeto do contrato entre a Unimar e a Eco101 é de resgate e socorro mecânico a veículos dentro do sistema rodoviário administrado pela concessionária e a locação dos veículos para tal prestação. O valor total desse contrato é de R\$23.749 e vigência até novembro de 2018. Em 31 de dezembro de 2017, já haviam incorridos R\$21.856. Em 31 de dezembro de 2017, há um saldo em aberto a pagar de R\$402 com vencimento em até 45 dias.
- (k) A Vix Logística S.A. é parte relacionada da Centaurus Participações, que possui 27,5% de participação no capital social da Eco101. O objeto do contrato entre a Vix e a Eco101 é de resgate e socorro mecânico a veículos dentro do

## Notas Explicativas

sistema rodoviário administrado pela concessionária e a locação dos veículos para tal prestação. O valor total desse contrato é de R\$25.461 e vigência até novembro de 2018. Em 31 de dezembro de 2017, já haviam incorridos R\$23.657, e há um saldo a pagar de R\$438 com vencimento em até 45 dias.

- (l) A Engenharia e Construtora Araribóia Ltda. É parte relacionada da Centaurus Participações, que possui 27,5% de participação no capital social da Eco101. O objeto do contrato entre a Araribóia e a Eco101 é a prestação de serviço de duplicação na BR-101/ES. O prazo para execução desses serviços é em junho de 2018. O valor total do contrato é de R\$189.862, sendo que até 31 de dezembro de 2017 o montante foi incorrido. O saldo em aberto em 31 de dezembro de 2017 é R\$1.629.
- (m) A Incospal Construções Pré-fabricadas S.A. é parte relacionada da Centaurus Participações, que possui 27,5% de participação no capital social da Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. O objeto do contrato entre a Incospal e a Eco101 é a prestação de serviços de fornecimento e implantação, transporte e montagem de peças pré-fabricadas para praças de pedágio, ao longo da BR-101/ES. O preço global firmado para execução dos serviços contratados é de R\$7.373. O prazo para execução desses serviços foi em julho de 2016, sendo que já foram incorridos. Em 31 de dezembro o saldo a pagar é de R\$156.
- (n) A Companhia celebrou em 10 de agosto de 2016 a contrato de Cessão e assunção onerosa de obrigações e outras avenças com a Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. o qual será ajustado nos mesmo termos previstos na Escritura, no qual cedeu a dívida de R\$600.000 em debêntures em duas séries: - 1º série CDI+1,18% a.a. com vencimento em 15 de abril de 2018 e - 2º série CDI 1,42%a.a. com vencimento em 15 de abril de 2020.
- (o) A Contek Engenharia S.A. é parte relacionada da Centaurus Participações, que possui 27,5% de participação no capital social da Eco101. O objeto do contrato entre a Contek e a Eco101 é prestação de serviço de usinagem de material asfáltico para a Eco101 e sua vigência é até junho de 2018, há um saldo a pagar de R\$1.658.
- (p) A CR Almeida S.A. Engenharia de Obras, detém participação na Primav Infraestrutura S.A., controlada pela Companhia. O objetivo do contrato é a prestação de serviços de construção de obras civis dos Lotes 02 e 03 do Prolongamento da Rodovia Carvalho Pinto para a controlada indireta Ecopistas, execução de serviços de implantação de passagem subterrânea (Mergulhão), duas passarelas para pedestres e melhorias do sistema viário para a controlada indireta Ecoponte, execução de obras na rodovia e trechos do SAI-Sistema Anchieta-Imigrantes, das obras de recuperação do pavimento flexível e usinagem para a controlada indireta Ecovias. O valor total desses contratos é de R\$185.542. Em 31 de dezembro de 2017 há um saldo em aberto a pagar de R\$2.580. O prazo para execução é em março de 2018.
- (q) A contratada A Madeiras Indústria e Comércio Ltda., é parte relacionada da Centaurus Participações, que possui 27,5% de participação no capital social da Eco101. O objetivo do contrato é a prestação de serviços de duplicação do lote 1 e lote 3 da BR101/ES. O valor desse contrato é de R\$42.745 e sua vigência é até março de 2018, já foram incorridos R\$12.329. Em 31 de dezembro de 2017 o saldo a pagar é de R\$1.637.
- (r) Em 02 de junho de 2017, foi realizada a 2ª emissão de debêntures não conversíveis em ações da espécie quirografária, para colocação PRIVADA em série única, no valor nominal total de R\$80 milhões, sem atualização monetariamente. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidirão juros remuneratórios de 105,50% do CDI over. Os juros e amortização serão pagos em parcela única na data de vencimento 02 de junho de 2020. Em 31 de dezembro de 2017 o saldo era R\$84.077.
- (s) Em 10 de maio de 2017 a Companhia celebrou contrato de mutuo com a controlada direta Empresa Concessionária de rodovias do Sul – Ecosul no valor de R\$3.000, com taxa de 11,13% ao ano. Em 19 de junho de 2017 o contrato foi liquidado.
- (t) A Itínera Construções Ltda. celebrou contrato com a Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., a qual se obriga a prestar serviços contábeis, fiscais e de recursos humanos conforme “Catálogo de Serviços”. O valor do contrato é de R\$15 e sua vigência é até dezembro de 2017.
- (u) Em 12 de julho de 2017, a controladora direta Ecorodovias Infraestrutura e Logística realizou a 2ª emissão de debêntures simples, nominativas, escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirográfica, em cinco séries, para colocação privada. Foram emitidas 30.000 debêntures pelo valor unitário de R\$10 mil, totalizando o montante de R\$300.000 mil, sendo que a Companhia, adquiriu a totalidade das debêntures e a liquidação das séries. Em 14 de julho de 2017, foram liquidados R\$100 mil referentes a primeira série, em 14 de dezembro de 2017, foram liquidados R\$70 mil referentes a segunda série, R\$40 mil referentes a terceira série e R\$40 mil referentes a quarta série e não são exigidos cumprimento de índices financeiros.
- (v) O saldo refere-se a transferências de funcionários entre as empresas (folha de pagamento).
- (w) O Consórcio Baixada Santista, formado pelas empresas CR Almeida Engenharia de Obras S.A e Itinera Construções, foi contratado para realizar serviços de execução de obras da implantação da 3ª faixa da Rodovia Padre Manoel da

## Notas Explicativas

Nobrega do Km 274 ao Km 292 da pista oeste. O preço global firmado para execução dos serviços contratados é de R\$ 27.869. O prazo para execução desses serviços é em janeiro de 2018 e até 31 de dezembro de 2017 foram realizados R\$ 25.274. Em 31 de dezembro de 2017 não há saldos em aberto a pagar de serviços já incorridos.

### Remuneração dos administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Companhia.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (salários, participação nos lucros, previdência privada e plano de opção com base em ações), contabilizados na rubrica "Despesas gerais e administrativas".

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Em Assembleia Geral Ordinária, foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício a findo em 31 de dezembro de 2017 em R\$13.819, contemplando custos adicionais no valor de até R\$10.864 referentes ao rateio do pagamento de remuneração de alguns de seus diretores, os quais poderão ser diretamente pagos pela sua controladora direta, nos termos do contrato de compartilhamento de custos.

A administração da Companhia convocará AGO dentro dos primeiros quatro meses do ano de 2018, para entre outras coisas, deliberar sobre a remuneração dos administradores para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2018. Adicionalmente, na mesma AGO, a Administração proporá aos acionistas a retificação do valor da remuneração global anual dos administradores da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 13.822, o qual foi efetivamente pago e refletido nas demonstrações financeiras. A diferença entre o valor aprovado e o efetivamente pago ocorreu em virtude da valorização das ações da EcoRodovias, base para o pagamento da remuneração baseada em ações (*Phantom Stock Option* e *Phantom Restricted Stock*).

A remuneração provisionada aos administradores no exercício está demonstrada a seguir:

	31/12/2017	31/12/2016
Remuneração (fixa/variável)	5.361	4.636
Plano de retenção	4.773	-
Plano de opção com base em ações	74	133
Previdência privada	78	201
Remuneração baseada em ações	909	672
Assistência médica	72	-
Seguro de vida	3	-
INSS (Sobre salários, plano de retenção e ILP (PSO +PRS))	2.552	-
	<b>13.822</b>	<b>5.642</b>

**Notas Explicativas****17. Obrigações com Poder Concedente - consolidado**i) Outorgas fixas e variáveis

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Parcelas:		
Fixas - Ecovias (a)	<b>6.330</b>	26.249
Variável - Ecosul (e)	<b>214</b>	196
Variável - Ecovias (b)	<b>1.500</b>	1.448
Variável - Ecopistas (b)	<b>412</b>	380
Taxa de fiscalização - Eco101 (i)	<b>518</b>	496
Taxa de fiscalização - Ecofonte (h)	<b>269</b>	258
Outras - Ecovia - Verba de fiscalização (c) (d)	<b>257</b>	248
Outras - Ecovia - Verba Polícia Rodoviária (g)	<b>466</b>	355
Outras - Ecocataratas - Verba de fiscalização (f)	<b>302</b>	294
Outras - Ecocataratas - Verba de fiscalização (j)	<b>2.794</b>	1.522
	<b>13.062</b>	<b>31.446</b>
Circulante	<b>13.062</b>	24.019
Não circulante	-	7.427

- a) Conforme o contrato de concessão da controlada Ecovias dos Imigrantes, firmado em 27 de maio de 1998, o pagamento do ônus fixo é subdividido em 240 parcelas fixas, mensais e consecutivas, com vencimentos a partir do mês de início de arrecadação, reajustáveis anualmente pela variação do IGP-M da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Em 31 de dezembro de 2017, restam 4 parcelas a vencer e os pagamentos corresponderam a 98,33% do total (93,33% em 31 de dezembro de 2016).
- b) A parcela variável da Ecovias e Ecopistas é calculada e paga mensalmente com base em 1,5% da receita de arrecadação.
- c) Pagamento da verba anual de fiscalização em parcelas mensais durante o período do contrato, sendo R\$60 mensais do início até o 11º ano e R\$66 mensais do 12º ano até o final do contrato. Em 31 de dezembro de 2017, o valor atualizado mensal é de R\$257(R\$248 em 31 de dezembro de 2016).
- d) Pagamento da verba para aparelhamento da Polícia Rodoviária da controlada Ecovia.
- e) A parcela variável é calculada e paga mensalmente com base em 1% da receita de arrecadação de pedágio.
- f) Verba anual de fiscalização em 12 parcelas mensais de R\$77, durante o período do contrato, reajustadas de acordo com os índices de reajuste das tarifas de pedágio. Em 31 de dezembro de 2017, a parcela reajustada é de R\$302 (R\$294 em 31 de dezembro de 2016).
- g) As controladas Ecovia e Ecocataratas recolhem a título de taxa de fiscalização, mensalmente, a AGEPAR (Agência Reguladora do Paraná), o valor correspondente a 0,5% da receita de arrecadação de pedágio.
- h) Conforme contrato firmado em 18 de maio de 2015, deverá ser pago a título de fiscalização o valor nominal de R\$210 até o final da concessão reajustados nos mesmos prazos e índices da tarifa de pedágio. Em 31 de dezembro de 2017, o valor atualizado é de R\$269.
- i) Taxa de fiscalização da Eco101: o valor anual a título de verba de fiscalização consistirá num montante de R\$3.722 divididos em 12 parcelas e deverá ser recolhido em favor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) até o 5º dia útil do mês subsequente ao vencido. A verba será reajustada anualmente, na mesma data e percentuais dos reajustes da tarifa de pedágio.
- j) Pagamento da verba para aparelhamento da Polícia Rodoviária. A verba destina-se a aparelhamento e equipamentos de uso da Polícia.

## Notas Explicativas

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
2018	-	7.427
	-	7.427

A movimentação das obrigações com o Poder Concedente está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Saldo no início do exercício	<b>31.446</b>	43.107
Custo (vide Nota Explicativa nº 24)	<b>41.838</b>	38.316
Variação monetária sobre obrigações com Poder Concedente	<b>(1.220)</b>	4.497
Pagamento do principal	<b>(59.002)</b>	(54.474)
Saldo no fim do exercício	<b>13.062</b>	31.446

### ii) Outros compromissos relativos a concessões

#### Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

A controlada assumiu a responsabilidade pela restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos trechos rodoviários de acesso, conforme a seguir (exceto operação):

- 2,6 km da Rodovia PR-804, trecho entre a BR-277 e a PR-408.
- 13,2 km da Rodovia PR-408, trecho entre Morretes e a BR-277.
- 9,6 km da Rodovia PR-408, trecho entre a PR-340 e Morretes.
- 13 km da Rodovia PR-411, trecho entre a PR-410 (São João da Graciosa) e Morretes.

#### Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.

A controlada assumiu a responsabilidade pela duplicação da Rodovia dos Imigrantes, entre o km 41,0 e o km 58,0 (pista descendente), com término inicialmente previsto para o primeiro semestre de 2003. Esse compromisso foi cumprido antecipadamente em 17 de dezembro de 2002, com a entrega da obra.

#### Empresa Concessionária das Rodovias do Sul S.A. - ECOSUL

A concessionária assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão: Restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos cinco trechos rodoviários que compõem o polo, totalizando 509,1 km de extensão conforme as previsões dos cronogramas de custos operacionais e investimentos de seu programa de exploração.

#### Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas

A Ecocataratas assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

Restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos trechos rodoviários de

## Notas Explicativas

acesso conforme segue (exceto operação):

- 7,64 km da Rodovia PR-474, trecho de acesso entre a BR-277 e o município de Campo Bonito - PR.
- 37,03 km da Rodovia PR-180, trecho de acesso entre a BR-277 e o distrito de Juvinópolis, município de Cascavel - PR.
- 13,58 km da Rodovia PR-590, trecho de acesso entre a BR-277 e o município de Ramilândia - PR.
- 13,59 km da Rodovia PR-874, trecho de acesso ao terminal turístico do município de Santa Terezinha de Itaipu - PR.

### Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

A Ecopistas assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- O pagamento de direito de outorga, no total de R\$595.157 (R\$570.422 ajustados a valor presente), acrescido de atualização monetária com base na variação do IPCA, dos quais R\$118.800 foram pagos em junho de 2009 e o saldo restante foi pago em 18 parcelas, sendo a última paga em 31 de dezembro de 2010.

### ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.

A concessionária assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- Recursos para desenvolvimento tecnológico: durante todo o período da concessão, a concessionária deverá, anualmente, destinar R\$620 a projetos e estudos que visem ao desenvolvimento tecnológico, de acordo com a regulamentação da ANTT.

### Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte

A Concessionária assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- Pagamento de Verba de fiscalização à ANTT no valor anual inicial de R\$2.524 reajustados anualmente pelo índice de reajuste de tarifa de pedágio;

Recursos para desenvolvimento tecnológico: durante todo o período da concessão, a concessionária deverá, anualmente, destinar R\$421 a projetos e estudos que visem ao desenvolvimento tecnológico, de acordo com a regulamentação da ANTT.

As concessionárias estimam os montantes relacionados a seguir, em 31 de dezembro de 2017, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final dos Contratos de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificados.

	31/12/2017							
	Previsão ao fim do prazo de concessão							
	Ecovia	Ecosul	Ecovias	Ecocataratas	Ecopistas	Eco101	Ecoponte	Total
<u>Natureza dos custos</u>								
Melhorias na infraestrutura	64.373	229.019	89.439	72.787	63.522	1.657.807	611.686	2.788.633
Conservação especial (manutenção)	44.384	66.950	223.586	194.627	385.860	562.604	417.870	1.895.881
Equipamentos	11.090	37.114	53.000	8.747	225.202	343.021	86.332	764.506
Total	119.847	333.083	366.025	276.161	674.584	2.563.432	1.115.888	5.449.020

## Notas Explicativas

Natureza dos custos	31/12/2016							Total
	Previsão ao fim do prazo de concessão							
	Ecovia	Ecosul	Ecovias	Ecocataratas	Ecopistas	Eco101	Ecoponte	
Melhorias na infraestrutura	74.129	239.332	115.064	129.623	66.274	1.698.843	725.679	3.048.944
Conservação especial (manutenção)	48.232	66.320	228.847	263.317	404.445	546.496	439.444	1.997.101
Equipamentos	11.265	12.816	43.057	8.496	220.238	334.482	93.520	723.874
Total	133.626	318.468	386.968	401.436	690.957	2.579.821	1.258.643	5.769.919

Em janeiro de 2017 foi publicado no Diário Oficial de São Paulo um indeferimento administrativo sobre desequilíbrio contratual referente à alteração do projeto do prolongamento da Rodovia Carvalho Pinto sob concessão da controlada indireta Ecopistas por parte da Artesp, cujo valor adicional é de R\$284 milhões, dos quais R\$ 221 milhões já realizados até 31 de dezembro de 2017 e R\$ 63 milhões a serem realizados. A Companhia entende que o valor adicional de R\$284 milhões se caracteriza como objeto de reequilíbrio contratual. O direito ao reequilíbrio contratual é objeto de ação judicial já ajuizada pela controlada indireta Ecopistas.

## 18. Informações sobre o contrato de concessão

### Informações adicionais sobre o contrato de concessão

#### Ecocataratas

A Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas faz parte do programa de concessões do Estado do Paraná, regularmente licitado e contratado em 1997, em conjunto com outras cinco concessionárias. O prazo final da concessão é novembro de 2021.

A Concessionária e o Poder Concedente – DER/PR firmaram, em 27 de outubro de 2016, Termo Aditivo ao Contrato de Concessão 073/97, mediante o qual as partes promoveram o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato e acordaram o encerramento das demandas judiciais relacionadas ao tema.

Em novembro de 2016 foi prolatado acórdão do Tribunal de Contas da União, derivado da apreciação dos pedidos de reexame apresentados pelas Concessionárias em abril/2012, face a solicitação do Congresso Nacional para auditoria nos contratos de concessão de rodovias do Paraná. O acórdão determina ao Poder Concedente que avalie a existência de eventual desequilíbrio econômico-financeiro dos contratos e adote cláusula de revisão periódica da tarifa.

Também em dezembro de 2016 foi proferida decisão pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná acerca do relatório preliminar de auditoria no contrato de concessão da Ecocataratas. Referido julgamento acolheu parcialmente o contido no relatório de auditoria para que se implemente uma estrutura adequada de fiscalização pelos Órgãos Reguladores, assim como converteu o procedimento em tomada de contas extraordinária. Foram apresentados recursos pela Concessionária, Poder Concedente e Agência Reguladora acerca da referida decisão. Não há julgamento final ainda. A Administração avaliou esses assuntos detalhadamente e concluiu que, embora existam riscos associados, a probabilidade de esses eventos afetarem de forma relevante sua situação patrimonial e financeira e o resultado de suas operações não é provável.

As eventuais decisões dos Tribunais de Contas ainda podem ser objeto de análise perante o Poder Judiciário.

## Notas Explicativas

### Ecovia

A Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. faz parte do programa de concessões do Estado do Paraná, regularmente licitado e contratado em 1997, em conjunto com outras cinco concessionárias. O prazo final da concessão é novembro de 2021.

Em novembro de 2016 foi prolatado acórdão do Tribunal de Contas da União, derivado da apreciação dos pedidos de reexame apresentados pelas Concessionárias em abril/2012, face a solicitação do Congresso Nacional para auditoria nos contratos de concessão de rodovias do Paraná. O acórdão determina ao Poder Concedente que avalie a existência de eventual desequilíbrio econômico-financeiro dos contratos e adote cláusula de revisão periódica da tarifa.

A Concessionária e o Poder Concedente – DER/PR firmaram, em 06 de setembro de 2017, 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão 076/97, mediante o qual as partes promoveram o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato e acordaram o encerramento das demandas judiciais relacionadas ao tema.

A Administração avaliou esses assuntos detalhadamente e concluiu que, embora existam riscos associados ao julgamento final das ações em andamento, a probabilidade de esses eventos afetarem de forma relevante sua situação patrimonial e financeira e o resultado de suas operações não é provável.



**Notas Explicativas****19. Provisão para manutenção - consolidado**

Os valores registrados como provisão referem-se à manutenção do sistema rodoviário, a ser realizada durante o período das concessões, ajustados a valor presente com taxas de 6,58% a 11,85% ao ano, em média. Os valores são provisionados por trecho, e as intervenções ocorrem, em média, a cada quatro anos, estando demonstrados a seguir:

	31/12/2016	Adição (custo)	Pagamento	Efeito financeiro	31/12/2017
Constituição da provisão para manutenção	1.002.111	140.257	-	-	1.142.368
Efeito do valor presente sobre a constituição	(210.773)	(21.630)	-	-	(232.403)
Realização da manutenção	(662.515)	-	(147.017)	-	(809.532)
Ajuste a valor presente - realizações (vide Nota Explicativa nº 25)	139.249	-	-	29.942	169.191
	<b>268.072</b>	<b>118.627</b>	<b>(147.017)</b>	<b>29.942</b>	<b>269.624</b>
Circulante	87.531				90.503
Não circulante	180.541				179.121

  

	31/12/2015	Adição (custo)	Pagamento	Efeito financeiro	31/12/2016
Constituição da provisão para manutenção	869.824	132.287	-	-	1.002.111
Efeito do valor presente sobre a constituição	(183.215)	(27.558)	-	-	(210.773)
Realização da manutenção	(562.443)	-	(100.072)	-	(662.515)
Ajuste a valor presente - realizações	111.277	-	-	27.972	139.249
	<b>235.443</b>	<b>104.729</b>	<b>(100.072)</b>	<b>27.972</b>	<b>268.072</b>
Circulante	55.869				87.531
Não circulante	179.574				180.541

**20. Provisão para construção de obras futuras - consolidado**

Os valores provisionados como obras futuras em contrapartida ao ativo intangível são decorrentes dos gastos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia em contrapartida ao intangível e, os valores são ajustados a valor presente a taxas entre 9,50% e 10,73% ao ano, em média, correspondentes às taxas médias ponderadas de captação de empréstimos.

Essa provisão está de acordo com a Orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis OCPC-05 dos itens 31 a 33 que trata dos serviços de construção que não representam potencial de geração de receita adicional, em que a Companhia deve estimar os valores relativos a essas obras e reconhecer seu passivo em contrapartida ao intangível no início da vigência dos termos contratuais.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	31/12/2016	Pagamento	Efeito financeiro	31/12/2017
Constituição da provisão para obras futuras	117.975	-	-	117.975
Efeito do valor presente sobre a constituição	(21.327)	-	-	(21.327)
Realização da construção	(35.867)	(11.454)	-	(47.321)
Ajuste a valor presente - realizações (vide Nota Explicativa nº 25)	11.111	-	4.828	15.939
	<b>71.892</b>	<b>(11.454)</b>	<b>4.828</b>	<b>65.266</b>
Circulante	38.124			57.568
Não circulante	33.768			7.698

**Notas Explicativas**

	<b>31/12/2015</b>	<b>Pagamento</b>	<b>Efeito financeiro</b>	<b>31/12/2016</b>
Constituição da provisão para obras futuras	117.975	-	-	117.975
Efeito do valor presente sobre a constituição	(21.327)	-	-	(21.327)
Realização da construção	(10.727)	(25.140)	-	(35.867)
Ajuste a valor presente - realizações	8.947	-	2.164	11.111
	<u>94.868</u>	<u>(25.140)</u>	<u>2.164</u>	<u>71.892</u>
Circulante	43.227			38.124
Não circulante	51.641			33.768

## Notas Explicativas

### 21. Provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias

#### Política contábil

O Grupo EcoRodovias faz parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

A movimentação da provisão no exercício é conforme segue:

	Controladora			
	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Tributárias (c)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2017	-	645	-	645
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	-	926	-	926
(-) Pagamentos	-	(696)	-	(696)
(+) Atualização monetária	-	196	-	196
Saldos em 31 de dezembro de 2017	-	1.071	-	1.071

	Controladora			
	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Tributárias (c)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2016	-	112	-	112
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	-	434	-	434
(-) Pagamentos	-	-	-	-
(+) Atualização monetária	-	99	-	99
Saldos em 31 de dezembro de 2016	-	645	-	645

	Consolidado			
	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Tributárias (c)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2017	62.558	9.438	7.668	79.664
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	1.856	2.662	900	5.418
(-) Pagamentos	(4.549)	(3.290)	-	(7.839)
(+) Atualização monetária	6.796	1.911	62	8.769
Saldos em 31 de dezembro de 2017	66.661	10.721	8.630	86.012

	Consolidado			
	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Tributárias (c)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2016	68.008	7.829	5.343	81.180
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	(2.018)	2.557	1.040	1.579
(-) Pagamentos	(2.313)	(2.800)	-	(5.113)
(+) Atualização monetária	(1.108)	1.838	1.288	2.018
(+/-) Reclassificação	(11)	14	(3)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	62.558	9.438	7.668	79.664

## Notas Explicativas

### (a) Processos cíveis

O valor provisionado corresponde principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias.

- A controlada indireta Ecovias possui uma ação civil pública proposta pelo Ministério Público do Estado de São Paulo contra a Companhia, por entender que a Concessionária não cumpriu parte do pagamento referente à compensação ambiental relativa à construção da pista descendente da Rodovia dos Imigrantes. Os pedidos pleiteados pelo Ministério Público em sede de tutela antecipada foram rejeitados e foi negado provimento ao agravo de instrumento interposto para reverter essa decisão. A pedido da Companhia foi realizada audiência de conciliação em abril de 2013 para tentativa de acordo judicial, a qual restou infrutífera. Em agosto de 2017 foi proferida sentença parcialmente procedente para condenar a Ecovias ao pagamento de R\$36.917 mil. Atualmente aguarda-se julgamento dos recursos interpostos pela CDHU e pelo Ministério Público. Em razão da possibilidade da probabilidade de perda avaliada como provável, foi provisionado o valor de R\$30.920 em 30 de setembro de 2013 (em 31 de dezembro de 2017 este valor atualizado é de R\$49.405), sendo a contrapartida registrada ao intangível, na rubrica de "Contratos de concessão". A premissa de registro na rubrica de "Contrato de concessão" foi tomada pela Administração da Companhia, considerando que esse valor será objeto de pleito de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão junto ao Poder Concedente. Em 29 de setembro de 2014 foi realizado depósito judicial no montante de R\$38.828, sendo que para 31 de dezembro de 2017, o valor atualizado desse depósito judicial é de R\$49.405 (R\$46.064 em 31 de dezembro de 2016).

A Companhia e suas controladas possuem outros processos de natureza cível que totalizam, em 31 de dezembro de 2017, o montante de R\$164.252 (R\$91.611 em 31 de dezembro de 2016), avaliadas como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão.

### (b) Processos trabalhistas

O valor provisionado corresponde, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras, não existindo processos de valor individual relevante. Em 31 de dezembro 2017, também existem outros processos de mesma natureza que totalizam R\$50.929 (R\$42.266 em 31 de dezembro de 2016), que foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração, onde o principal processo trabalhista trata-se do reconhecimento de vínculo empregatício de um prestador de serviços, este processo aguarda a realização de audiência, onde a controlada direta Ecovia Caminho do Mar estima na classificação possível, portanto sem constituição de provisão.

Durante o mês de agosto foi publicada decisão do Tribunal Superior do Trabalho (TST) que alterou o índice de correção monetária das reclamações trabalhistas, sendo que a Taxa Referencial Diária (TR) anteriormente utilizada foi substituída para IPCA-E acrescidos dos juros de 12% ao ano, devendo ser utilizada para correção das reclamações trabalhistas de forma retroativa, desde 30 de junho de 2009. Em decisão recente, o Supremo Tribunal de Justiça concedeu liminar a determinada entidade de classe para a suspensão das correções pelo IPCA-E como determinado pelo Tribunal Superior do Trabalho, dando provimento à tese de discussão sobre a adequação da aplicação da referida correção.

O entendimento dos consultores legais da Companhia é que há ampla tese de defesa que determinam que a Companhia logrará êxito para a não aplicação do índice de correção IPCA-E, sendo que no seu entendimento, esse processo tem probabilidade de êxito possível.

### (c) Processos tributários

O valor provisionado corresponde, principalmente, a diferenças de alíquotas e bases de cálculo de tributos recolhidos sobre receitas acessórias. Em 31 de dezembro de 2017, também existem outros processos de natureza tributária que totalizam R\$149.883 (R\$141.199 em 31 de dezembro de 2016), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão. Os principais processos tributários classificados como possível são conforme segue:

- Decorrentes de auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil em Pelotas - RS, pelo não recolhimento de valores de IRPJ e CSLL relativos ao pagamento de participação nos lucros e resultados a diretores da controlada direta Ecosul e ao questionamento quanto à taxa de depreciação de benfeitorias realizadas em imóveis objeto da concessão, cuja perda foi avaliada como possível pelos consultores legais. Em 31 de dezembro de 2016 o valor era de R\$9.045, para 31 de dezembro de 2017 o processo foi encerrado, pois entrou o REFIS.
- Processo na controlada indireta Ecocataratas classificada como possível, ou seja, sem constituição de provisão, refere-se à exigência de IRPJ e CSLL sobre despesas de amortização de ágio gerado na aquisição de participação societária deduzidas pela Companhia entre os anos calendários de 2010 a 2015. Em 14 de novembro de 2016, foi apresentada Impugnação ao AIIM, ainda pendente de julgamento pela Delegacia de Julgamento da Receita Federal do Brasil. O valor correspondente à discussão, em 31 de dezembro de 2017 é de R\$121.739 (31 de dezembro de 2016 é de R\$110.838).

## Notas Explicativas

### 22. Patrimônio líquido

#### a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2017, o capital social é de R\$696.715 e está representado por 696.715 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

#### b) Capital autorizado

Conforme o Estatuto Social, a Companhia fica autorizada a aumentar seu capital social para até R\$1.000.000, mediante deliberação do Conselho de Administração, observadas as condições legais para a emissão e o período do direito de preferência.

A Companhia poderá emitir ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, sem direito de preferência para os antigos acionistas, desde que destinados os valores mobiliários: (i) à venda em bolsa de valores ou subscrição pública; (ii) à permuta por ações, em oferta pública de aquisição de controle; ou (iii) nos termos de lei especial de incentivos fiscais. É vedada à Companhia a emissão de partes beneficiárias.

#### c) Reserva de lucros - legal

É constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício ajustado, limitada a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2017 o total de reserva legal é de R\$139.343 (R\$139.343 em 31 de dezembro de 2016).

#### d) Dividendos propostos

Aos acionistas são garantidos dividendos e/ou juros sobre o capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido do exercício ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

O montante de dividendos pagos no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 de R\$509.144 refere-se a: R\$34.238 juros sobre o capital próprio remanescente do exercício de 2017; R\$37.643 dividendo remanescente do exercício de 2017, aprovados na Assembleia Geral Ordinária de 24 de abril de 2017, e R\$435.767 dividendos intermediários de 2017 e R\$1.495 a título de juros sobre o capital próprio (dos 10.137 contabilizados), aprovados em reuniões do Conselho de Administração, que submeterão a Assembleia Geral Ordinária em abril de 2018.

O saldo em 31 de dezembro de 2017 a pagar de dividendos e juros sobre capital próprio é de R\$8.641.

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Lucro líquido do exercício	<b>622.674</b>	508.185
Constituição de reserva legal - 5%	-	(21.620)
Base de cálculo dos dividendos	<b>622.674</b>	486.565
Dividendos intermediários	<b>(435.765)</b>	(428.672)
Juros s/capital próprio	<b>(10.137)</b>	(20.250)
Dividendos adicionais propostos (*)	<b>(176.772)</b>	(37.643)

## Notas Explicativas

(\*) Os dividendos adicionais propostos sobre ações ordinárias estão sujeitos à aprovação na assembleia geral anual e não são reconhecidos como passivo em 31 de dezembro de 2017.

### e) Participações de acionistas não controladores

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Saldo no início do exercício	72.583	55.979
Aumento de capital	18.060	4.200
Dividendos	(12.562)	(3.126)
Reserva de capital - plano de opções	22	42
Participação nos lucros do exercício	19.845	15.488
Saldo no fim do exercício	<u>97.948</u>	<u>72.583</u>

## 23. Receita líquida

### Política contábil

#### *Receitas*

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de cancelamentos, e o resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se:

- (a) As receitas de pedágio, reconhecidas quando da passagem dos usuários pela praça de pedágio.

As receitas decorrentes de vendas antecipadas de cupons de pedágio são contabilizadas como "Receitas antecipadas", no passivo circulante, na rubrica "Outras contas a pagar", sendo apropriadas como receitas ao resultado do exercício à medida que os usuários passam pela praça de pedágio.

- (b) A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada. Receitas de operação ou de construção são reconhecidas no exercício em que os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues.
- (c) As receitas acessórias referem-se a outras receitas das concessionárias de rodovias, como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, venda de publicidade, implantação e concessão de acessos e outros.
- (d) As receitas *intercompany* referem-se à receita de prestação de serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas para as empresas do Grupo EcoRodovias.

A composição da receita operacional está demonstrada a seguir:

**Notas Explicativas**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Receita com arrecadação de pedágio (a)				
Pedágio em numerário	-	-	<b>1.069.855</b>	968.235
Pedágio por equipamento eletrônico	-	-	<b>1.254.202</b>	1.119.301
Vale-pedágio	-	-	<b>208.975</b>	173.366
Outras	-	-	<b>962</b>	549
	-	-	<b>2.533.994</b>	2.261.451
Receita de construção (b)	-	-	<b>586.536</b>	451.408
Receitas acessórias (c) e de prestação de serviços (d)	<b>194.120</b>	184.464	<b>99.411</b>	88.453
Receita bruta	<b>194.120</b>	184.464	<b>3.219.941</b>	2.801.312
Deduções de receita bruta (d)	<b>(21.655)</b>	(20.644)	<b>(258.418)</b>	(221.775)
Receita líquida	<b>172.465</b>	163.820	<b>2.961.523</b>	2.579.537

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Base de cálculo de impostos				
Receita com arrecadação de pedágio	-	-	<b>2.533.994</b>	2.261.451
Receitas acessórias e de prestação de serviços	<b>194.120</b>	184.464	<b>99.411</b>	88.453
	<b>194.120</b>	184.464	<b>2.633.405</b>	2.349.904
Deduções				
Cofins (3% concessionárias e 7,6% controladora)	<b>(14.767)</b>	(14.019)	<b>(93.334)</b>	(83.046)
PIS (0,65% concessionárias e 1,65% controladora)	<b>(3.189)</b>	(3.044)	<b>(20.212)</b>	(19.217)
ISS (2% a 5%)	<b>(3.699)</b>	(3.581)	<b>(133.538)</b>	(119.510)
Abatimentos	-	-	<b>(11.334)</b>	(2)
	<b>(21.655)</b>	(20.644)	<b>(258.418)</b>	(221.775)

**24. Custos e despesas operacionais - por natureza**

	<b>Controladora</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Pessoal		<b>99.814</b>	92.352
Conservação e manutenção		<b>6.609</b>	4.969
Serviços de terceiros		<b>31.425</b>	13.264
Seguro		<b>24</b>	-
Locação e aluguéis de imóveis, veículos e máquinas		<b>12.697</b>	8.056
Depreciações e amortizações (vide Nota Explicativa nº 11.a e nº 12.a)		<b>11.696</b>	11.988
Outros custos operacionais		<b>1.006</b>	4.977
		<b>163.271</b>	135.606
Classificados como:			
Custos dos serviços prestados		<b>87.759</b>	91.764
Despesas operacionais gerais e administrativas		<b>75.512</b>	43.842
		<b>163.271</b>	135.606

**Notas Explicativas**

<b>Consolidado</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Pessoal	<b>252.669</b>	243.745
Conservação e manutenção	<b>77.786</b>	77.472
Serviços de terceiros (*)	<b>131.544</b>	108.090
Seguro	<b>13.397</b>	15.153
Provisão para manutenção (vide Nota Explicativa nº 19)	<b>118.627</b>	104.729
Custos de construção de obras	<b>586.536</b>	451.408
Poder concedente (vide Nota Explicativa nº 17)	<b>41.838</b>	38.316
Depreciações e amortizações (vide Nota Explicativa nº 11.b e nº 12.b)	<b>379.808</b>	294.693
Locações de imóveis e máquinas	<b>23.847</b>	19.816
Outros custos e despesas operacionais	<b>49.098</b>	48.609
	<b>1.675.150</b>	1.402.031
Classificados como:		
Custo dos serviços prestados	<b>1.521.804</b>	1.279.603
Despesas operacionais gerais e administrativas	<b>153.346</b>	122.428
	<b>1.675.150</b>	1.402.031

(\*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções, serviços de assessoria e consultoria, serviços de limpeza e vigilância e outros.

**25. Resultado financeiro**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Receitas financeiras:				
Receita de aplicações financeiras	<b>14.972</b>	17.856	<b>58.554</b>	94.077
Variação monetária créditos fiscais	<b>1.416</b>	1.759	<b>6.605</b>	9.340
Variação monetária debêntures	<b>3.739</b>	-	<b>11.571</b>	-
Juros sobre mútuo	<b>54.524</b>	52.194	<b>40.877</b>	35.756
Variação monetária sobre direito de outorga	-	-	<b>1.220</b>	-
Receita sobre debêntures privada	<b>8.348</b>	-	<b>4.077</b>	-
Juros ativos sobre cessão da dívida	<b>67.548</b>	-	<b>67.548</b>	-
Juros capitalizados	-	-	<b>18.472</b>	6.628
Outras receitas financeiras	<b>105</b>	35.282	<b>218</b>	35.645
	<b>150.652</b>	107.091	<b>209.142</b>	181.446
Despesas financeiras:				
Juros sobre debêntures	<b>(154.507)</b>	(110.613)	<b>(292.373)</b>	(244.600)
Juros sobre financiamentos	-	(18.505)	<b>(53.708)</b>	(97.253)
Variação monetária sobre debêntures	<b>(25.298)</b>	(46.259)	<b>(78.166)</b>	(145.412)
Variação monetária sobre financiamentos	-	-	<b>(8.678)</b>	(1.758)
Variação monetária e ajuste a valor presente sobre direito de outorga	-	-	-	(4.497)
Amortização de custos com emissão de debêntures	<b>(4.310)</b>	(3.458)	<b>(9.546)</b>	(7.815)
Ajuste a valor presente sobre provisão para manutenção	-	-	<b>(34.770)</b>	(30.136)
Atualização monetária obrigações sociais	<b>(196)</b>	(214)	<b>(7.355)</b>	(6.132)
Juros sobre debêntures privada	<b>(20.059)</b>	-	-	-
Outras despesas financeiras	<b>(12.505)</b>	(10.056)	<b>(24.281)</b>	(24.037)
	<b>(216.875)</b>	(189.105)	<b>(508.877)</b>	(561.640)
Resultado financeiro, líquido	<b>(66.223)</b>	(82.014)	<b>(299.735)</b>	(380.194)



## Notas Explicativas

### 26. Lucro por ação - controladora e consolidado

#### a) Lucro básico e diluído por ação

O lucro e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usados no cálculo do lucro básico por ação são os seguintes:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Lucro do exercício atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro básico e diluído por ação	<b>622.674</b>	508.185
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico e diluído por ação	<b>696.715</b>	696.715
Lucro básico e diluído por ação das operações continuadas	<b><u>0,89</u></b>	<u>0,73</u>

#### b) Lucro diluído por ação

A Companhia não possui dívida conversível em ações e não efetua a diluição com base no plano de opções, pois o plano é da controladora direta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

### 27. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros - consolidado

#### Gestão de capital

O Grupo EcoRodovias, no qual a Companhia está inserida, administra seu capital para assegurar que as empresas que pertencem a ela possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido da Companhia.

A Companhia revisa semestralmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital.

#### *Índice de endividamento*

Os índices de endividamento são os seguintes:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Dívida (a)	<b>2.447.205</b>	1.752.575	<b>5.666.760</b>	4.463.588
Caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários - vinculados	<b>(1.127.850)</b>	(45.969)	<b>(1.651.224)</b>	(651.479)
Dívida líquida	<b><u>1.319.355</u></b>	<u>1.706.606</u>	<b><u>4.015.536</u></b>	<u>3.812.109</u>
Patrimônio líquido (b)	<b>1.018.305</b>	895.786	<b>1.116.253</b>	968.369
Índice de endividamento líquido	<b><u>1,30</u></b>	<u>1,91</u>	<b><u>3,60</u></b>	<u>3,94</u>

(a) A dívida é definida como empréstimos e financiamentos, debêntures e obrigações com Poder Concedente circulantes e não circulantes, conforme detalhado nas Notas Explicativas nºs 14, 15 e 17.

## Notas Explicativas

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

### Considerações gerais

- A Administração da Companhia e de suas controladas elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como empréstimos e recebíveis.
- Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários - vinculados: são formados por fundos de investimentos em renda fixa e operações compromissadas, remunerados a taxa média ponderada de 98,6% do CDI, e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais (99,8% em 31 de dezembro de 2016).
- Clientes: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis e estão registrados pelos valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Empréstimos e financiamentos, debêntures e obrigações com Poder Concedente: classificados como outros passivos financeiros; portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação, conforme demonstrado nas Notas Explicativas nºs 14, 15 e 17.

### Valor justo de ativos e passivos financeiros

Os valores contábil e de mercado dos principais instrumentos financeiros consolidados da Companhia em 31 de dezembro de 2017 são como segue:

	Classificação	Consolidado	
		Saldo contábil	Mercado
Ativos:			
Caixa e bancos	Empréstimos e recebíveis	37.853	37.853
Clientes (i)	Empréstimos e recebíveis	132.857	132.857
Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários (ii)	Empréstimos e recebíveis	1.613.371	1.613.371
Passivos:			
Fornecedores (i)	Outros passivos financeiros	75.663	75.663
Empréstimos e financiamentos (iii)	Outros passivos financeiros	491.009	491.009
Debêntures (iii)	Outros passivos financeiros	5.162.689	5.162.689
Obrigações com Poder Concedente (iv)	Outros passivos financeiros	13.062	13.062
Phantom Stock Option (v)	Outros passivos financeiros	8.876	8.876

(i) O saldo das rubricas "Clientes" e "Fornecedores" possui prazos de vencimento, substancialmente, em até 45 dias, portanto, aproxima-se do valor justo esperado pela Companhia.

(ii) Os saldos de aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários se aproximam do valor justo nas datas dos balanços.

(iii) Os saldos de empréstimos e financiamentos e debêntures se aproximam do valor justo na data do balanço.

(iv) Calculado excluindo-se o ajuste a valor presente das parcelas fixas da rubrica "Obrigações com Poder Concedente".

(v) O valor do *phantom stock option* está registrado na rubrica obrigações sociais e trabalhistas.

A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos, os quais são resumidos abaixo:

## Notas Explicativas

### a) *Risco de mercado*

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam o risco da taxa de câmbio e o risco de taxa de juros.

#### i) Risco da taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia e de suas controladas decorre de aplicações financeiras e empréstimos em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação. Esse risco é administrado pela Companhia através da manutenção de empréstimos a taxas de juros pré-fixadas e pós-fixadas.

A exposição do Grupo EcoRodovias às taxas de juros de ativos e passivos financeiros está detalhada no item gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia e suas controladas vêm aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

### b) *Risco de crédito*

Instrumentos financeiros que, potencialmente, sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, em caixa e bancos, aplicações financeiras e clientes.

A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresentava valores a receber da empresa Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP de R\$102.928 (R\$110.214 em 31 de dezembro de 2016), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"), registrados na rubrica "Clientes".

### c) *Risco de liquidez*

O risco de liquidez é gerenciado pela Companhia, que possui um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazo. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

**Notas Explicativas****26. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros - consolidado--  
Continuação**Gestão de capital--Continuaçãoc) *Risco de liquidez--Continuação*

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva - % a.a.	Próximo 12 meses	Entre 13 e 24 meses	Entre 25 e 36 meses	37 meses em diante
Debêntures - Ecovia	106,5% CDI	19.328	147.260	-	-
Debêntures - Ecosul	107,0% CDI	20.104	12.473	152.762	-
Debêntures - Ecosul	107,5% CDI	51.779	-	-	-
Debêntures - Ecosul	107,0% CDI	6.439	4.188	51.810	-
Debêntures - ECS	CDI + 1,18%	241.259	-	-	-
Debêntures - ECS	CDI + 1,42%	36.470	203.584	188.367	-
Debêntures - ECS	CDI + 0,79%	86.090	-	-	-
Debêntures - ECS	114,0% CDI	219.050	-	-	-
Debêntures - ECS	105,5% CDI	43.176	25.094	26.709	438.264
Debêntures - ECS	109,0% CDI	112.391	-	-	-
Debêntures - ECS	106,0% CDI	23.637	23.065	339.546	-
Debêntures - ECS	110,25% CDI	57.770	56.380	55.913	827.191
Debêntures - Ecopistas	105,0% CDI	11.316	8.100	8.618	147.521
Debêntures - Ecopistas	105,5% CDI	11.283	11.794	12.552	227.722
Debêntures - Eco101	CDI + 1,8%	27.140	-	-	-
Debêntures - Cataratas	106,5%	24.818	190.628	-	-
BNDES - Ecopistas	TJLP + 2,45%	37.648	35.211	32.868	39.208
BNDES - Cataratas	TJLP + 2,10%	4.014	-	-	-
BNDES - Eco101	TJLP + 3,84%	40.924	40.946	40.946	349.565
BNDES - Ecoponte	TJLP + 3,48%	6.412	6.399	6.399	74.658
Debêntures - ECS	IPCA + 5,00%	125.901	121.395	-	-
Debêntures - Ecopistas	IPCA + 8,25%	109.860	104.446	120.339	257.283
Debêntures - ECS	IPCA + 5,35%	36.172	31.517	229.889	445.740
Debêntures - ECS	IPCA + 6,0%	1.901	1.918	1.955	42.982
Debêntures - Ecovias	IPCA + 3,80%	17.394	145.326	143.867	-
Debêntures - Ecovias	IPCA + 4,28%	66.687	41.293	42.122	1.154.477
BNDES - Ecopistas	IPCA + 2,45%	7.220	6.818	6.433	19.655
Leasing - Ecosul	25,13%	29	-	-	-
Leasing - Eco101	21,27%	122	122	-	-
Finame - Ecosul	6,00%	58	55	48	-
Finame - Cataratas	2,50%	49	47	46	82
Finame - Cataratas	3,00%	28	-	-	-

**Notas Explicativas**

Finame - Cataratas	6,00%	224	212	92	-
		1.446.693	1.218.271	1.461.281	4.024.348

**Análise de sensibilidade*****Risco de variação nas taxas de juros***

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do exercício. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo que o valor do passivo em aberto no fim do exercício esteve em aberto durante todo o exercício.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, da TJLP, do IPCA, do IGP-M e das cestas de moedas, principais indicadores das debêntures contratados pela Companhia e por suas controladas:

Operação	Risco	Juros a incorrer		
		Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
Juros sobre debêntures (a)	Alta do CDI	(287.428)	(336.537)	(385.411)
Juros sobre obrigações com o Poder Concedente (b)	Alta do IGP-M	(66)	(82)	(99)
Juros sobre debêntures (c)	Alta do IPCA	(184.431)	(187.190)	(189.967)
Empréstimos e financiamentos (c)	Alta do IPCA	(2.485)	(3.107)	(3.728)
Empréstimos e financiamentos (d)	Alta da TJLP	(40.112)	(50.140)	(60.168)
Juros de aplicações financeiras (e)	Baixa do CDI	81.672	61.254	40.836
Juros a incorrer, líquidos		<u>(432.850)</u>	<u>(515.802)</u>	<u>(598.537)</u>

Os empréstimos em moeda estrangeira em aberto em 31 de dezembro de 2017 possuem taxa fixa de juros e foram mensurados ao custo amortizado.

Para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, a Companhia adotou como critério demonstrar o efeito de juros a incorrer para os próximos 12 meses.

As taxas consideradas (projetadas para 12 meses) foram as seguintes:

Indicadores	Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
CDI (a)	6,80%	8,50%	10,20%
IGP-M (b)	4,18%	5,23%	6,27%
IPCA (c)	3,86%	4,83%	5,79%
TJLP (d)	7,00%	8,75%	10,50%
CDI (e)	6,80%	5,10%	3,40%

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia e de suas controladas.

## Notas Explicativas

### 28. Eventos subsequentes

Em 01 de fevereiro de 2018, a controladora direta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. e a Companhia, através de Fato Relevante, comunicaram ao mercado que celebraram contrato de Compra e Venda de Ações entre a Companhia e os acionistas da Concessionária de Rodovias Minas Gerais Goiás S.A. ("MGO"), referente a aquisição, pela ECS, de 100% do capital social da MGO, por meio, na data do fechamento, da holding da Argovias Administração e Participações S.A.. O valor da aquisição é de R\$600.000 e será liquidado na data do fechamento. A conclusão da aquisição está sujeita à verificação de certas condições precedentes, as quais incluem a aprovação prévia da Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT"), do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, BNDES e demais credores, bem como a autorização dos acionistas da Companhia em Assembleia Geral Extraordinária. A MGO é responsável pela administração, recuperação, conservação, manutenção, ampliação e operação da BR-050 (GO/MG), no trecho de 436,6 quilômetros que começa no entroncamento com a BR-040, em Cristalina (GO), e se estende até a divisa de Minas Gerais com São Paulo, no município de Delta (MG). O contrato foi assinado em 05 de dezembro de 2013 e expira em 08 de janeiro de 2044.

Em 06 de fevereiro de 2018, a Companhia foi classificada em primeiro lugar na Concorrência Pública Internacional 006/2017, por meio da Secretária de Estado de Transportes e Obras Públicas de Minas Gerais ("SETOP"), para exploração por 30 anos do lote de rodovias do Estado de Minas Gerais composto pelos seguintes trechos: (i) BR-135, com extensão 301,20 km; (ii) MG-231, com extensão 22,65 km; e (iii) LMG-754, com extensão 40,10 km, totalizando 363,95 km conforme edital. A classificação se deu em razão da maior oferta pela outorga da concessão que será paga em 348 parcelas mensais no valor de R\$5,9 milhões com reajuste pelo IPCA, a partir do 1º mês do 2º ano de vigência do contrato da concessão, correspondente a um total de R\$2,06 bilhões.

Em 08 de fevereiro de 2018, a Companhia aprovou a alteração do Instrumento Particular de Escritura da Terceira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Emissora ("Escritura"), de forma a (i) alterar a data de vencimento das Debêntures; (ii) incluir novo período de contabilização e nova taxa de juros remuneratórios para o cálculo da Remuneração (conforme definido na Escritura); e (iii) prever a realização de pagamento de juros remuneratórios em seis etapas, sendo a primeira em 18 de maio de 2017, a segunda em 18 de novembro de 2017, a terceira em 19 de fevereiro de 2018, a quarta em 20 de agosto de 2018, a quinta em 19 de fevereiro de 2019 e a sexta na Data de Vencimento das Debêntures e concessão de um prêmio no valor de 0,2321% flat em caso de aprovação das matérias apresentadas.

## Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Aos Administradores e Acionistas da

Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.

São Bernardo do Campo – SP

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

### Capitalização de gastos no ativo intangível de concessões

Os contratos de concessões rodoviários representam o direito de exploração da infraestrutura, pautado pela norma contábil ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, no qual prevê a obrigação de construir e/ou operar a infraestrutura (ativo intangível da concessão) para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas em contrato. Os critérios de reconhecimento desses valores, e montantes investidos na infraestrutura estão divulgados nas notas explicativas 11 e 16.

Esse assunto foi considerado um dos principais assuntos de auditoria, uma vez que as capitalizações no ativo intangível da concessão envolvem a utilização de premissas, julgamentos e a manutenção de controles por parte das administrações das concessões de rodovias, já que essas capitalizações podem não estar de acordo com as obrigações previstas no contrato de concessão e, quando previstas, podem ser registradas por valores incorretos ou indevidamente capitalizadas.

Como nossa auditoria tratou esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria para confirmar o adequado registro e controle desses ativos incluíram, dentre outros: (i) a avaliação da adequação das políticas de capitalização de ativo intangível de concessões das investidas, incluindo aquelas relacionadas ao método de percentual de conclusão das obras; (ii) a realização de testes documentais sobre as adições ao ativo intangível de concessões, incluindo validações com a área de engenharia das medições realizadas de acordo com o andamento das obras, confronto com os contratos de prestações de serviços e ou notas fiscais relacionadas; (iii) a avaliação da natureza dos gastos capitalizados como ativo intangível de concessões, considerando os critérios e requerimentos estabelecidos no contrato de concessão e (iv) inspeção física, em base amostral, das obras realizadas. Adicionalmente, avaliamos as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre teste de capitalização de gastos no ativo intangível de concessões, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis as políticas de capitalização dos gastos, considerando os critérios e requerimentos estabelecidos no contrato de concessões para suportar os julgamentos, estimativas e informações incluídas no contexto das demonstrações financeiras tomadas como um todo.

### Transações com partes relacionadas

A Companhia e suas controladas realizam transações com partes relacionadas com natureza diversas, as quais incluem contratos de mútuo financeiro, adiantamento para futuro aumento de capital social e transações operacionais, como a prestação de serviços de construção e manutenção rodoviárias, entre outros. As transações, saldos e condições contratuais significativas, estão divulgadas na nota explicativa 15.

Esse assunto foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria devido a representatividade de transações com partes relacionadas, à possibilidade de que essas transações sejam acordadas ou registradas por valores inadequados aos estabelecidos pela Companhia, fora do período de competência, ou não aprovadas pelos órgãos de governança da Companhia, principalmente nas prestações de serviços para construções de ativos.

Como nossa auditoria tratou esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria para confirmar o adequado registro e controle dessas transações incluíram, dentre outros: (i) a avaliação da política de transações com partes relacionadas da Companhia e sua aplicação nas principais transações incorridas durante o exercício; (ii) realização de exame da documentação suporte para as transações materiais, incluindo a inspeção de contratos e cálculos preparados pela Administração; (iii) verificação da aprovação das transações pelo Conselho de Administração, de acordo com a política estabelecida pela Companhia; e (iv) realização de procedimento de envio de cartas de confirmação às contrapartes das operações sobre os saldos e contratos vigentes para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as transações com partes relacionadas, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis as políticas de reconhecimento e mensuração das transações com partes relacionadas registradas da Companhia para suportar os julgamentos, estimativas e informações incluídas no contexto das demonstrações financeiras tomadas como um todo.

Outros assuntos

#### Demonstração do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse Relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse Relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:



- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2018.

ERNST & YOUNG

Audidores Independentes S.S.

CRC-2SP034519/O-6

Luiz C. Passetti

Contador CRC-1SP144343/O-3

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

Declaração dos Diretores nos termos do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009

Para fins do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os Diretores da EcoRodovias Concessões e Serviços S.A., abaixo indicados, declaram que:

Após exame das demonstrações financeiras da EcoRodovias Concessões e Serviços S.A., referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, bem como o relatório sem ressalvas da Ernst & Young Auditores Independentes S/S, a Diretoria aprovou as demonstrações financeiras em observância às disposições dos Incisos V e VI do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, e declara que:

- Reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório emitido pela Ernst & Young Auditores Independentes S/S; e
- Reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Marcelino Rafart de Seras

Diretor Presidente e Diretor Executivo de Desenvolvimento de Negócios

Marcello Guidotti

Diretor Executivo de Finanças, de Relações com Investidores e Gestão de Pessoas

José Carlos Cassaniga

Diretor Executivo de Concessões Rodoviárias

Marcelo Lucon

Diretor Executivo Jurídico

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente**

Declaração dos Diretores nos termos do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009

Para fins do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os Diretores da EcoRodovias Concessões e Serviços S.A., abaixo indicados, declaram que:

Após exame das demonstrações financeiras da EcoRodovias Concessões e Serviços S.A., referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, bem como o relatório sem ressalvas da Ernst & Young Auditores Independentes S/S, a Diretoria aprovou as demonstrações financeiras em observância às disposições dos Incisos V e VI do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, e declara que:

- Reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório emitido pela Ernst & Young Auditores Independentes S/S; e
- Reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Marcelino Rafart de Seras

Diretor Presidente e Diretor Executivo de Desenvolvimento de Negócios

Marcello Guidotti

Diretor Executivo de Finanças, de Relações com Investidores e Gestão de Pessoas

José Carlos Cassaniga

Diretor Executivo de Concessões Rodoviárias

Marcelo Lucon

Diretor Executivo Jurídico